

**ATA DA 756ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2024**

**1) DATA E PRESENÇA**

Dia vinte e cinco de março do ano dois mil e vinte e quatro, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e oitenta e um Conselheiras e Conselheiros.

**2) MESA DIRETORA**

Presidente:	Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente:	Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária:	Berenice Gazoni
Segunda Secretária:	Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre
Terceira Secretária:	Maria Emília Alves Rocha dos Santos

**3) ABERTURA DOS TRABALHOS**

**Presidente** – Declarou instalada a reunião e cumprimentou os presentes e os que estavam assistindo a transmissão pelo YouTube. Registrou que o Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros não autoriza a divulgação das imagens, nem a reprodução total ou parcial dos pronunciamentos feitos na tribuna ou da Mesa do Conselho, a não ser pelos meios oficiais, que são: a ata da respectiva reunião e a transmissão online para associados, protegidas por senha. Prosseguindo, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros.

- *É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros*

**4) EXPEDIENTE SOLENE**

**Posse de Suplentes**

**Presidente** – Convidou para tomar posse o Associado André Pires Paoliello, Suplente do Grupo B pela Chapa Nosso Clube 5 Estrelas, período 2018/2024, entretanto o Associado não compareceu.

**5) EXPEDIENTE FORMAL**

**Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.**

**Presidente** – Submeteu ao Plenário, tendo sido consignados votos de pesar de iniciativa da Mesa, pelos seguintes falecimentos recentemente ocorridos: Associada Veterana Maria Thereza de Abreu, mãe do Conselheiro Efetivo Ivan Gilberto Castaldi Filho e avó dos Conselheiros Ivan Gilberto Castaldi Neto e Vitor Castaldi; Associada Veterana Maria Margarida Ferraz de Camargo, mãe do Conselheiro Paulo Sergio Uchôa Fagundes Ferraz de Camargo; Associado Cezar Roberto Leão Granieri Filho, filho do Conselheiro Efetivo Cezar Roberto Leão Granieri; e, Associado Veterano João Manoel Rossi

Filho, ex-Conselheiro, ex-Presidente do Conselho Fiscal e ex-Membro da Comissão Permanente de Esportes; e, de autoria do Vice-Presidente Ricardo Luiz Iasi Moura, pelo falecimento do Associado Rodrigo Ricotta Ramon, que a Mesa subscreveu. Em seguida, propôs e foi observado um minuto de silêncio em memória destes ilustres pinheirenses. Prosseguindo, submeteu ao Plenário, que aprovou os seguintes votos previamente encaminhados: 1) de iniciativa do Conselheiro Odilon Gonçalves Lima Cardoso, à Associada Fernanda Tonissi, filha do Conselheiro Heitor Ferreira Tonissi, que no domingo, disputando a final da etapa do Circuito Nacional STU, em Criciúma, conquistou o vice-campeonato, numa competição do mais alto nível; 2) propostos pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa: a) ao Associado Guilherme Alonso Daud Patavino, por ter concluído a Maratona de Barcelona, ocorrida em 10 de março próximo passado; b) às atletas do skate Helena Laurino, por seu desempenho em Dubai no mês de março, sendo a primeira mulher a efetuar a manobra 540 MCTWIST em uma competição oficial; e, Fernanda Tonissi, por seu desempenho em Dubai no mês de março e por ter se sagrado vice-campeã do STU, em Criciúma, no dia de ontem; 3) formulado pelo Conselheiro Luiz Fernando Cimino Loureiro, à Supervisora do CAD, Sra. Ana Célia Osso, pelos 30 anos de serviços prestados ao Clube.

**Primeira Secretária** – Informou que a Diretoria enviou carta ao Conselho, que está à disposição para consulta na Secretaria, comunicando a exoneração de Diretores a partir de 21/03/2024, e que em razão dessas alterações ficou assim constituída: Assessor de Planejamento e Diretor de Área Financeira - Gervásio Angelo Teixeira, Diretor Área Administrativa - João Luís Gagliardi Palermo, Diretor de Área Jurídica - José Luiz Toloza Oliveira Costa, Diretor de Área Cultura/ e Diretor de Área Social - Elias Julião de Freitas Junior, Diretor de Área de Marketing Institucional e Diretor de Área de Relações Institucionais - Roque Antonio Horta de Ferreira Mendes, Diretor de Área de Marketing Esportivo - Gilberto Rato Ferreira Leite, Diretora de Área de Esportes Coletivos e Raquetes - Janne Marcia Augusto Paiva, Diretor de Área de Esportes Individuais e Aquáticos - Marcos Macedo Maynard Araújo, Diretora de Área de Relações Esportivas e Diretora de Área de Esportes Associativos Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach, Diretor de Área de Operações e Diretor de Área de Patrimônio - Ricardo Luís Sacardo e Diretor de Área de Restaurantes - Oswaldo Luiz Coelho Martins Pereira.

**José Ricardo Pinheiro Lima** – Associou-se aos votos de pesar consignados pelos falecimentos dos Associados Cezar Roberto Leão Graneri Filho e João Manoel Rossi Filho. A par de consignar voto de louvor e reconhecimento, congratulou-se com Conselheiro Efetivo Alberto Fasanaro, ex-Presidente do Conselho, que estava no Plenário. Prosseguindo, elogiou a atuação do Diretor de Área Administrativa, João Luís Palermo, responsável pelo Setor de Segurança, pelo trabalho que vem realizando e as punições que tem agilizado. Voto aprovado.

**Luiz Eduardo do Amaral Cardia** – Associou-se aos votos de pesar antes consignados, em especial pelo falecimento do Associado Cezar Roberto Leão Graneri Filho, seu amigo de infância. Propôs voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marcela Picone de Araújo, filha do Presidente do nosso clube coirmão, o Clube Esportivo da Penha e Vice-Presidente do Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo - Sindi Clubes, Luiz Carlos Picone de Araújo. Propôs, ainda, a inserção de votos de louvor à Diretoria de Tênis, notadamente os Conselheiros Paulo Eduardo Blumer Paradedda, Diretor Adjunto de Tênis Base e Alto Rendimento e Paulo Augusto Freitas Pinto, Diretor Adjunto de Tênis Infante-Juvenil e toda a sua equipe, bem como ao Supervisor Técnico Evanildo Mondeck, pela realização do Banana Bowl, um dos maiores torneios juvenis de Tênis, que mais uma vez aconteceu nas dependências do Clube. Votos aprovados.

**Alberto Sansiviero Junior** – Tendo em vista que em março comemoramos o Dia Internacional da Mulher, propôs votos de louvor a todas as mulheres: atletas, professoras, colaboradoras, funcionárias, Diretoras e Conselheiras que se dedicam zelosa e constantemente ao crescimento do Esporte Clube Pinheiros. Propôs, ainda, votos de louvor a três ex-colaboradoras, Sras. Marluce Borges da Cruz; Sueli Aparecida Manoel da Silva; e Marcia Lisboa da Silva Araújo, que se soube recentemente, através da imprensa e de uma cuidadosa investigação realizada pelo Conselheiro Bruno Minioli, teriam sofrido assédio sexual e moral de um ex-funcionário do Clube, recentemente homenageado pelo Conselho. Aprovado.

**Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro** – Manifestou-se em agradecimento pelo carinho, amizade e solidariedade que recebeu de todos, no período em que esteve afastado do Clube para tratamento de um sério problema de saúde.

**Sérgio Henrique de Sá** – Congratulou-se com o Conselheiro Alberto Fasanaro, elogiando-o pela força, tenacidade e vontade de viver e expressando a satisfação em tê-lo presente no Plenário. Prosseguiu, propondo votos de louvor à Conselheira Maria Cristina Machado de Araújo, Diretora de Área de Esportes Associativos, bem como ao Diretor Adjunto de Boliche 10 Pinos Márcio Zanettin de Paschoal, tendo em vista que a equipe do Pinheiros se sagrou vice-campeã de duas divisões, primeira e terceira no último Paulista de equipes de 2024. Tivemos uma atleta do Pinheiros em 1º lugar no All Events. Ou seja, todos os eventos com maior número de pinos derrubados e o 3º no masculino; bem como cumprimentou a mesma Diretora Maria Cristina Machado de Araújo, na pessoa do Conselheiro João De Martino Júnior, Diretor Adjunto de Boliche 9 Pinos, pela reforma e entrega das atividades do Boliche, no final de fevereiro, início de março, especialmente com um grande torneio, com mais de 112 bolicheiros, no sábado, dia 09 de março, um recorde de inscrições, o torneio de duplas. Votos aprovados.

**Carlos Roberto Sá de Miranda Bório** – Congratulou-se com o Conselheiro Efetivo Alberto Fasanaro. Elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Diretora Adjunta Vera Lucia Gava no Piano's Bar e no Karaokê, que tem sido alvo de sucesso espetacular, pois 2 horas antes já há filas para adentrar o recinto, até porque ele comporta apenas 65 pessoas e as festas e shows apresentados têm sido fantásticos e graciosos. Por oportuno, convidou todos a se inscreverem e participar do Concurso de Karaokê que será realizado em maio.

## 5) ORDEM DO DIA

### Item 1 - **Apreciação da Ata da 755ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de fevereiro de 2024.**

**Presidente** – Não havendo inscritos, em manifestação em contrário, declarou a Ata aprovada conforme apresentada.

**Item 2 - Apreciação do processo CD-02/2024, referente à proposta formulada pela Diretoria, de concessão do ingresso da atleta Marcela Marrani de Azevedo Marques, da Seção de Polo Aquático, como associada Contribuinte, na classe Individual, independentemente da aquisição de título social.**

**Pronunciamentos:**

**Presidente** – As Conselheiras e os Conselheiros tiveram acesso à íntegra do processo. Foram ouvidas as Comissões Permanentes de Esportes, Jurídica e de Sindicância. A Comissão de Sindicância opinou no sentido de que o processo se encontra em condições favoráveis à sua apreciação e votação pelo Egrégio Conselho Deliberativo. A Comissão de Esportes, no âmbito de sua competência, manifestou-se favoravelmente à concessão, entendendo que a matéria apta à apreciação e votação pelo Egrégio Conselho Deliberativo. Finalmente, a Comissão Jurídica entendeu que a análise dos documentos revela o integral preenchimento dos requisitos legais-estatutários. Constam dos autos, dentre outros: declarações de sócios proponentes, comprovação de certidões pessoais sem máculas ou apontamentos ao bom nome da atleta e, no que se refere ao Art. 124, do Regulamento Geral, a atleta atua há mais de 08 (oito) anos de forma ininterrupta para o Esporte Clube Pinheiros. Acresce, ainda, a douta Comissão Permanente Jurídica, que o processo obedece, igualmente, ao parágrafo 3º, do art. 124, do Regulamento Geral, pois iniciado quando ainda não esgotado o prazo de 1 ano após a participação da atleta em competição esportiva oficial, representando o Clube. Conclui, finalmente, que o processo atende aos requisitos estatutários regulamentares e está apto para apreciação deste Egrégio Plenário. A matéria está em discussão.

**José Ricardo Pinheiro Lima** – ... Todos aqui já me conhecem, como sempre, falando da atividade, da modalidade que minha família, não somente eu, Polo Aquático. Mas quero falar um pouco mais hoje, o Julinho falou bem aqui sobre as mulheres do Esporte Clube Pinheiros. Realmente vou falar, não falei em voto de louvor, mas vou falar a homenagem que nós temos de ter sempre, o quanto nossas mulheres, nossas esposas, nossas filhas pinhenses, que representam de uma forma, com valor imenso, todos os dias nós temos de homenagear nossas mulheres. E temos agora, eu tenho visto movimento já das Olimpíadas entre as mulheres, entre os atletas, para quem tem um pouco de noção, estão aí nossos Diretores de Esportes Aquáticos, mas a gente não se ilude, a gente sabe que a grande chance de medalha é uma mulher, a Bia, do Judô. Esses atletas são paradigmas, são ídolos que frequentam o Clube para que nossas crianças se espelhem. E um exemplo de superação, que é o caso de agora, conheci por ter sido gestor desde quando ela estava na base há 10 anos. Depois voltei a ser Diretor, ela já adulta. Hoje é uma mulher, executiva, formada graças ao Esporte Clube Pinheiros na modalidade do Polo Aquático. Então, primeiro, fiz essa menção com relação à homenagem a todas as mulheres, seja de qual esporte for. Mas a Marcelinha, como mulher, exemplo, ela merece por ter, não somente um exemplo para vocês, até para conhecimento de todos, um resumo: Ela tem mais de 10 títulos nacionais, desde quando era juvenil e hoje adulto, ela tem vários títulos nacionais e bicampeã adulto Sul-Americana. Uma ótima pessoa, exemplo de superação desde menina e continua aí por oito anos em atividade nessa modalidade difícil, que é o Polo Aquático. Então, solicito a todos, sou favorável, que votem, se possível, lógico, entendo a todos que têm seus pareceres, mas essa moça, não vou falar mais menina, que conheço desde menina, merece. Muito obrigado a todos.

**Presidente** – Senhores, não há mais inscritos. Vamos então à votação. Vamos projetar o quesito.

**Votação (utilizando-se keypad)**

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a concessão do ingresso da atleta Marcela Marrani de Azevedo Marques, da Seção de Polo Aquático, como Associada Contribuinte, na classe Individual, independentemente da aquisição de título social, conforme proposto pela Diretoria nos autos do processo CD-25/2023?

Resultado: 109 votos SIM, 22 votos NÃO e 06 ABSTENÇÕES.

**Presidente** – ... Aprovada a proposta de concessão do ingresso da atleta Marcela Marrani de Azevedo Marques, da Seção de Polo Aquático, como Associada Contribuinte, na classe Individual, independentemente da aquisição de título social, conforme proposto pela Diretoria nos autos do processo CD-25/2023.

**Item 3 - Apreciação do processo CD-10/2017, referente à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento proposta pela Diretoria, abrangendo a revisão e atualização do zoneamento estratégico, intervenções e princípios e premissas de infraestrutura.**

**Pronunciamentos:**

**Presidente** – Permito-me fazer um breve relatório, trazendo um pouco da linha do tempo com relação ao tema que é tão importante para todos nós pinheirenses. O Plano Diretor de Desenvolvimento - PDD e o Master Plan foram aprovados na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, de 30 de agosto de 2010. Na Reunião Extraordinária, de 27 de março de 2017, foi aprovada a fase 1 (de caráter orientativo da revisão e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento para ulterior prosseguimento por meio da denominada fase 2 (de caráter executivo que deverá ser, oportunamente, objeto de deliberação deste Egrégio Plenário. Na Reunião Extraordinária, de 30 de julho de 2018, o Conselho Deliberativo analisou e discutiu o estudo preliminar elaborado pela Diretoria, de viabilidades para o Salão de Festas (Zona B – Quadrilátero Social), dentro das diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento, acerca de sua destinação. Por sua vez, em 07 de junho de 2021, a Diretoria oficiou ao Conselho, nos seguintes termos: “O Plano Diretor de Desenvolvimento aprovado em 2017 prevê, entre outros aspectos de sua metodologia, a revisão a cada 3 anos, trazendo a visão para os próximos 15 anos da nossa Agremiação. O primeiro ciclo de revisão coincidiu com o cenário de pandemia, que enfrentamos durante todo o ano de 2020 e que ainda persiste em 2021. Em decorrência dos desafios e dificuldades que envolvem os exercícios de projeção de cenários futuros, de médio e longo prazo, e de estarem ainda em fase de execução para implementação de estratégias relevantes, como o reposicionamento da estrutura de recursos humanos, a metodologia de formação e transição esportiva da filosofia integrada do esporte, e a elaboração de projeto para o sequenciamento de obras, entre outras, a Diretoria Executiva entende oportuno considerar a revisão completa em 2022.” Em 07 de abril de 2022, o então Presidente do Conselho, oficiou à Diretoria, nos seguintes termos: “Por meio da correspondência nº DI. 413/2021, datada de 07 de junho de 2021 e encartada às folhas 178 do Processo, em referência, essa Digna Presidência, entre outros esclarecimentos, informou que no ano de 2022, adotaria as providências correlatas cabíveis às finalidades de instaurar os procedimentos necessários à revisão do PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO, prevista para ocorrer a cada três anos e que não pôde antes ser realizada, em razão da pandemia Covid-19 que assolava o mundo de maneira dramática. Impende

salientar, Senhor Presidente, que o PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO foi aprovado em 2010, objeto da Resolução 11/2010, com a previsão de sua trienal revisão, ao longo de um período de dez anos, revisão esta que ocorreu em uma só oportunidade, aprovado em 27 de março de 2017 e que mereceu a Resolução 08/2017, com a definição de reexame a cada três anos, em um período de quinze. Considerando, Senhor Presidente, que, atualmente, graças, principalmente, às medidas sanitárias adotadas e ao processo de vacinação, a situação do indigitado surto pandêmico apresenta reconhecido grau de controle, vimos, pela presente solicitar a esta Presidência que, no âmbito de sua competência, determine o início do processo de revisão do PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO, principal instrumento das definições das normas, diretrizes, objetivos, programas e metas que, com absoluta certeza, haverão de contemplar as aspirações sócio, econômicas, culturais e esportivas de nossa Grandiosa Instituição.” A Diretoria respondeu à Presidência do Conselho em 14 de abril de 2022, para informar ter constituído uma Comissão para estudos e apresentação de proposta de revisão do PDD, inclusive com a participação de Conselheiros indicados pela Presidência do Conselho. No decorrer do tempo houve algumas alterações nos grupos de Obras e de Esportes, todas elas reportadas as Sras. e aos Srs. Conselheiros. No dia 1º de dezembro do ano passado, a Diretoria encaminhou proposta de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento, abrangendo a revisão e atualização do zoneamento estratégico, intervenções e princípios e premissas de infraestrutura, tendo a matéria sido encaminhada para exame e parecer das Comissões Permanentes, exceto a de Processamento e Julgamento, dada a sua competência. No dia 08 de dezembro de 2023, o ilustre Conselheiro Arnaldo Couto de Magalhães Ferraz, que integrou a Comissão do PDD Infraestrutura, apresentou voto divergente, notadamente quanto à construção de mais quadras de Tênis. Em 02 de janeiro deste ano, a Diretoria encaminhou a versão executiva do PDD (Obras e Infraestrutura, com revisão e atualização do zoneamento estratégico, intervenções, princípios e premissas, que foi distribuída às Conselheiras, aos Conselheiros e às Comissões Permanentes. No dia 22 de janeiro deste ano, o Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa enviou correspondência ao Conselho Deliberativo, solicitando (abro aspas: “...imediate interdição do TRABALHO por conta de vício de partida. Tal TRABALHO deve ser retomado se, e somente se, os vícios de origem forem eliminados e após ser implantada estrutura de governança adequada para assegurar que o resultado do trabalho oriente as decisões de infraestrutura, que são decisões que se tomam hoje e impactam a vida do clube por décadas.” A matéria foi encaminhada para conhecimento e manifestação da Diretoria e das Comissões técnicas. Em 14 de fevereiro de 2024, a Diretoria respondeu ao requerimento do Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, nos seguintes termos (abro aspas: “Em resposta ao expediente em referência, relativo à manifestação do Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, informamos que os trabalhos de pesquisa e de planejamento físico do Plano Diretor de Desenvolvimento foram realizados seguindo protocolos metodológicos e conduzidos por profissionais especializados para tais atividades. Ratificamos, desta forma, que todo o trabalho foi conduzido de forma adequada.” Quanto ao requerimento apresentado pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, as Comissões Permanentes instadas, manifestaram-se no seguinte sentido: Comissão Permanente Jurídica “... o Plano Diretor de Desenvolvimento, encontra-se em termos para discussão no Conselho Deliberativo, de um lado porque não houve qualquer deliberação na Assembleia acima indicada, em maio de 2023, quanto a equívoco ou erro de pesquisa. E de outro lado, porque a questão levantada, faz, na verdade, parte das discussões que devem ser levadas ao Plenário para que lá se analise ou não a sua pertinência... Em breve síntese, o vício alegado confunde-se com a análise do mérito e aceitação ou não do trabalho realizado, ou necessidade de qualquer outro esclarecimento, matéria que deve ser discutida em Assembleia...” Comissão Permanente de Jovens, por sua vez entendeu: “... os pontos apresentados estão convergentes com o Parecer emitido pela Comissão de Jovens quanto ao Processo CD-10/2017, dos quais destacamos: 1. a pesquisa realizada em 2022 não reúne condições para embasar decisões de priorização de obras; 2. para tal

objetivo, deve-se realizar estudo específico a partir do PDD; 3. necessidade de acompanhamento e atuação de governança; 4. vício de origem que compromete a qualidade e prestabilidade do documento apresentado. A Comissão Permanente de Obras, por sua vez, concluiu da seguinte maneira: “...As pessoas mais qualificadas para opinarem e se manifestarem sobre esse assunto seriam o arquiteto Pedro Taddei ou o Sr. Marcos Viçosa, porém a Comissão Permanente de Obras, dentro de suas limitações técnicas sobre esse assunto, como todos os seus Membros participaram do sub grupo Obras e infraestrutura, esclarece que, durante todo o desenvolvimento do PDD, a Assessoria de Planejamento realizou com a Comissão Especial várias reuniões para serem apresentados e discutidos os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos sob a coordenação do arquiteto Pedro Taddei. Em nenhuma dessas reuniões foi apresentado ou mesmo discutido essa segunda parte da pesquisa, ou seja, pelo que temos conhecimento, ela não foi utilizada para definir as intervenções a serem realizadas no Clube em infraestrutura. Na última folha do caderno da revisão 2022 foram indicadas as principais intervenções a serem realizadas, mas não chegou a haver a priorização de obras. Do que foi exposto, como pelo que temos conhecimento a segunda parte da pesquisa não chegou a ser usada no desenvolvimento dos trabalhos da revisão do PDD.” A Comissão de Saúde e Higiene emitiu seu parecer, considerando o seguinte: “... 2 Em referência ao documento recebido por e-mail, com considerações trazidas pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, que solicita a interdição dos trabalhos de revisão deste PDD, julgamos necessário que a matéria seja levada ao amplo debate em plenário.” A Comissão Financeira assim se manifestou: “Considerando as diversas questões apresentadas, entendemos que eventuais dúvidas ou questionamentos acerca da mencionada pesquisa devem ser esclarecidos pela Diretoria ou pela Comissão responsável por aqueles trabalhos. No protocolo em apreço não se afigura nenhuma questão orçamentária imediata ou identificável que demande parecer desta Comissão Permanente Financeira...” A Comissão de Veteranos também se pronunciou no seguinte sentido: “No que diz respeito ao pedido de interdição formulado pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, considerando que todo o processo foi acompanhado e validado por uma Comissão específica composta por associados, estamos de acordo com o resultado dos trabalhos apresentados...” A Comissão de Sindicância também manifestou-se dizendo que não se sente apta para esse tipo de esclarecimento, uma vez que é assunto estritamente técnico, cabendo ao arquiteto apresentar os esclarecimentos apontado e que quem deve justificar a pesquisa técnica foi quem a elaborou, ressaltando que os dois técnicos foram contratados pelo Presidente da Diretoria. E, por fim, a Comissão de Esportes se manifestou no seguinte sentido: “... 2. As dúvidas e questionamentos colocados e apresentados pelo Conselheiro, em especial, com relação à Pesquisa, podem ser esclarecidos pela Diretoria e pela Comissão Especial criada, tendo em vista que participaram Conselheiros, Diretores, Profissionais e técnicos contratados da área na Revisão do PDD.” Quanto à proposição propriamente dita, ou seja, a revisão e atualização do zoneamento estratégico, intervenções, princípios e premissas de infraestrutura do Plano Diretor, as Comissões Permanentes assim se manifestaram: A Comissão Permanente Jurídica entendeu: “... o Plano Diretor de Desenvolvimento encontra-se em termos para discussão no Conselho Deliberativo... como bem indicado pelo parecer da Comissão de Obras, é um instrumento de planejamento contínuo, uma direção a ser seguida a longo prazo, para melhorias a serem realizadas no Clube. Cada obra específica depende de aprovação e execução específicas. Neste aspecto, do ponto de vista jurídico, a revisão do PDD encontra-se em termos para ser analisada pelos Conselheiros.” Em seu parecer, a Comissão Permanente de Jovens formulou várias recomendações e concluiu que embora a matéria careça de melhores estudos e pesquisas objetivas e direcionadas, com ampliação da amostragem, e consequente revisão das propostas, está em condições de ser devidamente apreciada e deliberada pelo Conselho Deliberativo. A Comissão Permanente de Obras, em extenso parecer, teceu considerações e apresentou a seguinte recomendação: “O PDD aprovado pelo Conselho Deliberativo em 2010 foi ‘concebido para vigor pelo prazo de 10 anos com acompanhamento anual e revisão a

cada dois anos'. O PDD aprovado em 2017 foi elaborado com uma visão de 15 anos e com previsão de revisão a cada 3 anos. A Comissão Permanente de Obras recomenda que essa Revisão do PDD seja realizada a cada 3 anos." E conclui: "Com essas considerações a Comissão Permanente de Obras entende que o material encaminhado em 1º de dezembro de 23 através da DI.976/2023 'com as proposições finais para a revisão e atualização do zoneamento estratégico, intervenções, princípios e premissas de infraestrutura do Plano Diretor de Desenvolvimento', complementada em 02 de janeiro de 2024 através da DI.001/2024, com o encaminhamento da versão executiva, está em condições de ser apreciada e votada pelo Conselho Deliberativo." A Comissão Permanente de Saúde e Higiene emitiu seu parecer, considerando que: "A revisão do Plano Diretor está em termos de ser discutida e deliberada." Em seu parecer, a Comissão Permanente Financeira teceu considerações e formulou recomendações: "Recomendação 1: Tal como fez em pareceres anteriores, esta Comissão Permanente Financeira recomenda que os projetos de obras sejam amparados por pesquisas específicas sobre as demandas a serem atendidas por aquela obra em particular, visando validar a demanda real e as peculiaridades dos públicos a serem atendidos. Recomendação 2: Em pareceres anteriores, relativos a solicitações de autorização de uso de verbas para a execução de obras que, se sabe de antemão, serão sucedidas por obras de readequação espacial ou utilitárias, os projetos apresentem todas as fases e seus custos estimados. Recomendação 3: Obras não oneram de imediato o Associado, pois são custeadas pelos recursos do Fundo de Investimento; as futuras manutenção e operação dessas instalações, porém, o poderão fazer, pois serão suportadas pelo Orçamento de Custeio. Esta Comissão Permanente Financeira recomenda que, nas futuras solicitações de autorização de uso de verba do Fundo Especial para as obras relativas a este Plano Diretor esses custos, respectivamente de manutenção e operação, sejam apresentados ao Conselho juntamente com aquele pedido de autorização de uso de verbas do Fundo de Investimento. Recomendação 4: Na página 10 do encarte do PDD (DI.001/2024 de 02 de janeiro de 2024, está explicitado o grau de satisfação com as edificações do Clube. Levando-se em conta este resultado e a síntese dos achados na pesquisa encomendada, a sugestão desta Comissão é que, quando da definição do sequenciamento das obras do PDD e visando a otimização do uso dos recursos em função do atendimento das demandas Associativas, sejam priorizadas as intervenções nas edificações do clube a partir das menores avaliações para as maiores. Exemplificando: Se o Jardim de Infância teve avaliação menor que as Quadras Externas, priorizar melhorias no Jardim de Infância e só depois nas Quadras Externas. Assim, a satisfação do associado será contemplada e os recursos financeiros do clube, que são finitos, serão direcionados para atender as prioridades indicadas. Por fim, a revisão em tela não envolve autorização de uso de verbas do Fundo de Investimento. Por determinação de nossos Ordenamentos, o uso daquelas verbas deverá ser precedido de autorização específica do Conselho Deliberativo. Em atendimento ao quanto disposto nas alíneas a e e do artigo 4º do Regimento Interno da Comissão Permanente Financeira, nos incisos II e III do artigo 107 e nos termos dos incisos I e II do artigo 152, ambos os artigos constantes do Regulamento Geral e nos do artigo 64 do Estatuto Social e considerados o RELATÓRIO e as RECOMENDAÇÕES acima, esta Comissão Permanente Financeira entende estar esta revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento apta a ser deliberada pelo Conselho Deliberativo." A Comissão Permanente de Veteranos pronunciou-se no seguinte sentido: "... é de nosso parecer que o pedido de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento encaminhado pela Diretoria está em condições de ser apreciado pelo Conselho Deliberativo." Assim também o fez a Comissão Permanente de Sindicância, que disse que analisou a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e, no âmbito de sua competência, entendeu que a matéria está apta a ser discutida e votada pelo Conselho Deliberativo. A Comissão Permanente de Esportes manifestou-se dando ênfase à sua área de competência, ao final recomendando que sejam priorizadas pela Diretoria, à luz do Plano Diretor, as ações descritas de implantação do Novo Centro Esportivo, a fim de atender a alta demanda das Escolinhas de Esportes (Natação, Judô, Ginástica Artística, Fitness, Recreativo e demais



setores que atendem às crianças que buscam as atividades esportivas do clube. E conclui que o material encaminhado através da DI.976/2023 com as “proposições finais para a revisão e atualização do zoneamento estratégico, intervenções e princípios e premissas de infraestrutura do Plano Diretor de Desenvolvimento” está em condições de ser apreciado e votado pelo Conselho Deliberativo. No último dia 18 de março, a pedido de Conselheiros, disponibilizamos um link com a versão executiva, no formato digital, com os pareceres das Comissões Permanentes, para facilitar a análise das Sras. e dos Srs. Conselheiros. Finalmente, tendo em vista as considerações da Diretoria objeto da carta nº DI. 088/2024, de 14 de fevereiro de 2024, bem como as manifestações das dotas Comissões Permanentes, esta Presidência entende que a postulação feita pelo nobre Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa não impede a discussão da matéria já que se confunde com o mérito e deve ser, portanto, enfrentada na noite pelo Plenário do Conselho Deliberativo. Na tarde de hoje a Diretoria oficiou ao Conselho (DI. 191/2024, solicitando para se pronunciar a respeito da revisão do PDD, por meio de sua Diretora de Área de Relações Esportivas, Conselheira Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach, que fez parte do Setorial de Obras e Infraestrutura, para apresentação específica sobre a matéria em discussão, podendo a mesma ser assessorada pelo ilustre arquiteto Pedro Taddei Neto, profissional contratado para a atualização do zoneamento estratégico, intervenções e premissas de infraestrutura realizados e fazer uso de projeção. As Sras. Conselheiras e os Srs. Conselheiros estando de acordo, desde logo concedo a palavra à Conselheira Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach, ilustre Diretora de área de Relações Esportivas.

**Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach** – ... Venho aqui hoje com a missão de encaminhar para apreciação deste Conselho, a fim de que sejam validadas suas proposições e continuada esta revisão do Plano Diretor de Infraestrutura, desenvolvido por uma Comissão muito competente, composta por colaboradores, associados e muitos de nós Conselheiros. Contamos também com ajuda do escritório do arquiteto Pedro Taddei, aqui presente, na elaboração do planejamento físico. A partir da necessidade de garantir o crescimento ordenado e um desenvolvimento sustentável do Clube por meio de um plano estratégico, foi retomada em 2022 a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento de Infraestrutura, elaborado e aprovado pela última vez em 2017. Nesse trabalho foram revisados os seguintes aspectos: diagnóstico da ocupação atual com objetivo de reavaliar a situação existente e uso e ocupação do espaço físico. E também o novo plano de zoneamento, com propostas de adequações e proposições de novos recintos para as atividades fim. É importante ressaltar que esse trabalho de atualização do PDD levou em consideração as mudanças recentes percebidas no aumento da frequência dos associados pós-pandemia e grande aumento das inscrições nas modalidades esportivas, sobretudo das modalidades que atendem as nossas crianças. Foram revisitadas e revisadas as premissas e princípios que norteiam o planejamento físico, em minha opinião a parte mais importante aqui desse trabalho, quais são elas: Valorizar o patrimônio arquitetônico. Privilegiar as áreas verdes e abertas. Construir no perímetro do Clube preferencialmente. Verticalizar edificações a fim de atender as áreas esportivas. Rebalancear a distribuição territorial das atividades do Clube. Mitigar inadequações e conflitos existentes. Minimizar o incômodo das obras para os associados. Ampliar as áreas esportivas. Requalificar os espaços para atividades culturais e sociais. Adequar as instalações de funções acessórias. Potencializar a eficiência operacional dos sistemas auxiliares do Clube, com a utilização de tecnologias atuais. Garantir acessibilidade a todas as instalações do Clube, conforme a legislação vigente. Ampliar estudos para implantação de dispositivo de geração de energia limpa no Clube, visando a sustentabilidade. Dar continuidade aos estudos e medidas para o controle de consumo de perda de água no Clube, tanto para a sustentabilidade quanto para nossa economia. Ampliar pontos com infraestrutura de internet móvel para os associados. A partir desses conceitos foi revisto o zoneamento e nada melhor que um plano para mostrar. Então, eu pedi para o Jorginho colocar aqui para a gente as páginas 18 e 19 do

caderno que vocês receberam para a gente mostrar um pouquinho de como foi revisado esse zoneamento.

#### - **Projeção.**

**Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach** – Para quem conhecia a última atualização, então, a gente tem aqui na zona 1, a gente está falando do Salão de Festas – Não sei se vocês se localizaram aí em nosso mapa – Então, a gente tem na zona 1, Salão de Festas, Sede Social e o Complexo Aquático. Na zona 2, as quadras de Tênis. Na zona 3, o edifício do Tênis, o edifício da Sauna e o lago. Na zona 4, vocês podem ver ali em cima, em azulzinho, parquinho, Salão de Festas Infantil, Brinquedoteca, complexos de areias e quadras descobertas, além do campo de Futebol Society. Zona 5, Centro Administrativo e a Escolinha Tia Lucy, ali em amarelo. Zona 6, o prédio do call, lá em cima, em marrom, portaria da Escolinha e central de resíduos. Zona 7, os campos de Futebol, Centro Esportivo, o Poli, o CCR e os ginásios cobertos. Zona 8, por fim, a pista de atletismo. Então, esse foi o novo zoneamento proposto, com ajuda do escritório do Pedro Taddei, para a gente analisar cada uma dessas regiões. Elas foram analisadas separadamente. Peço agora ao Jorginho para colocar nas páginas 24 e 25.

#### - **Projeções.**

**Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach** – Nessas páginas é onde a gente tem as propostas feitas por esse grupo, por essa Comissão, então – Vou só ampliar o meu aqui, porque ali está difícil de eu enxergar – Então, na zona 1, aqui embaixo, a gente tem, lógico, após uma decisão judicial, todos sabemos aqui a situação do Salão de Festas, retomar o estudo e a revitalização ou reconstrução do Salão de Festas. Aqui também na zona 1, a gente tem a requalificação da Sede Social. Nesse caso a gente está chamando isso de readequação do espaço existente e outro como estudos de viabilidade. Então, os amarelinhos. A requalificação da Sede Social. No Complexo Aquático estamos falando do estudo de viabilidade para uma readequação da piscina suspensa. Aqui no restaurante da Piscina, readequação dos vestiários e avaliação funcional dessa laje. Na zona 2, tem aqui um estudo de viabilidade para as novas quadras de Tênis cobertas e descobertas. E ainda na zona 2, o estudo para criação da loja ECP, que ficaria ali no cantinho, do lado da portaria do Tênis, de frente para o shopping Iguatemi. Na zona 4, estudo para o novo prédio de saúde estética e bem-estar. Nessa zona 4, a gente colocou o prédio do Tênis, porque a gente entende que esse prédio tem que estar muito bem harmonizado com o novo prédio do Tênis ali naquela região. Aí depois na zona 5 – Não sei se estou errando as zonas – Na zona aqui do Parquinho nós temos um estudo para readequação da pista de skate e um estudo para a Brinquedoteca e salão infantil. Além, aqui estudar também talvez uma mudança do campo de Society para a área da zona 7, para ampliação do complexo de areias e talvez das quadras poliesportivas. Na zona 6, então, nós temos aqui o estudo de viabilidade para implantação do novo Centro Esportivo – Desculpe, esse é na zona 7 – e estudo para implantação do novo Centro Esportivo, fase 2, que seria em cima e embaixo. E estudo da viabilidade para modernização e ampliação da Escolinha do Jardim de Infância Tia Lucy. Mais abaixo aqui, ainda na zona 7, a gente tem a requalificação do restaurante CCR e lanchonete 9 Pinos. Então, esse foi o nosso trabalho aqui como implantação e aí eu só vou concluir aqui. Para concluir, eu queria dizer que esse é um plano estratégico de massas, com intuito de garantir o crescimento ordenado e ainda restringir construções indesejadas, os nossos famosos puxadinhos, elaborado para nortear as propostas da Diretoria e orientar o Conselho na aprovação ou não das obras propostas. Lembrando que todas as intervenções ora apresentadas, para serem implantadas dependem da aprovação individual por este

Conselho. Obrigada pela atenção, espero que consiga ter esclarecido um pouco mais. Muito obrigada. Boa noite.

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa** – ... Sr. Presidente, venho fazer de uma maneira inversa o que se faz normalmente aqui, eu queria declarar aqui a minha proposta, que gostaria que fosse colocada em votação. E a proposta que faço parte da seguinte ordem: Primeira delas, seria que esta continuidade deste plano, desta apresentação do Plano Diretor focada na infraestrutura fosse seguida de um estudo de sequenciamento embasado em características técnicas e objetivas e seja apresentado para esta Casa. Esta seria a primeira proposta. A segunda proposta, Sr. Presidente, seria que a Diretoria trouxesse de uma maneira mais fácil para a gente entender a estrutura de governança que está por trás desta estrutura, que forma a Comissão que estuda o Plano Diretor de Desenvolvimento, perfeito. E a terceira proposta seria, Presidente, uma vez que nós temos a revisão anual, que estabelecêssemos aqui no Conselho uma rotina de uma vez por ano ter uma reunião específica do PDD. E aí, Sr. Presidente, se me permite avançar talvez naquilo que seria a sua decisão, colocar, ou da decisão da Presidência, colocar esta reunião no mês de junho, que ela anteceda com prazo suficiente os andamentos posteriores no trabalho que se faz para preparação da proposta orçamentária. Justifico cada uma delas, Sr. Presidente. A primeira delas em relação a ter um critério de sequenciamento. Nós vimos agora foi um trabalho de atualização da infraestrutura e todos puderam perceber que o Plano Diretor de Desenvolvimento tem muito mais do que só as obras. Obra é uma parte dele e trabalhar com sequenciamento delas é uma tarefa muito importante. E não é priorização de obra, o PDD não é um plano de obras, o PDD é um plano que trabalha com estratégia. Gente, uma decisão que este Conselho toma aqui afeta-nos por 10, 15 anos. E nós aqui uma possuímos função muito grande, que não é pensar na gente, na nossa vida, é pensar na vida dos nossos netos, dos nossos filhos e, possivelmente, nós temos aqui até agora os bisnetos, não é, Marilena, temos os bisnetos que a gente precisa pensar como é que a gente vai tomar uma decisão que hoje afeta o futuro. E quando nós tomamos uma decisão de obra, se nós tomamos hoje uma decisão equivocada, que compromete os nossos fundos em R\$10.000.000,00 nós postergamos as obras importantes em R\$10.000.000,00. Se a nossa arrecadação do Fundo Especial é em torno de R\$17 milhões por ano, nós postergamos estas intervenções em um ano. Então, nós precisamos trabalhar isso com muita seriedade, Sr. Presidente. Por isso faço este tipo de colocação. Corro risco de fazer uma intervenção, uma proclamação errada, peço até, Fernanda, arquiteto Pedro Taddei, que me corrijam, hoje passei pela Estação Paraíso, do Metrô e assim como eu, acho que muitos lembram da primeira obra que teve na Estação Paraíso do Metrô, que era uma linha azul. Hoje funcionam três linhas do Metrô harmonicamente, suas construções foram feitas sem que um interferisse no outro. Isso é um exemplo de como funciona um Plano Diretor bem feito, que pensa no futuro e pensa no sequenciamento das obras de uma forma que uma não interfira na outra, não interfira o funcionamento. Vocês viram que nossas áreas aqui são áreas, Sr. Presidente, muito restritas. E para a gente fazer uma intervenção, não, Dr. Manssur, a gente faz em uma área, não podemos fazer à luz de descobrir outra área. Tivemos aqui intervenções recentes, que custaram mais caro do que o orçado e não resolveram todo o problema. Agora, temos que fazer outras intervenções subsidiárias para sanar o mesmo problema. Viram lá que a posição que nós temos, por exemplo, do nosso restaurante hoje, que nós temos onde funciona o Fresto, no vestiário do Tênis, está totalmente em desacordo com alinhamento das quadras. Fizéssemos uma obra que custaria talvez o mesmo valor alinhado, nós teríamos ganho de infraestrutura, ganho de área, ganhos enormes e funcionaria por 50 anos, é isso que a gente pensa aqui. Então, primeiro ponto é esse. Em relação à Governança é bacana a gente perceber o seguinte: Com quem eu falo nesta Comissão? Efetivamente, têm pessoas que são do corpo técnico, que entendem de arquitetura e urbanismo mais do que os outros. Têm os outros que representam o sentimento esportivo, o sentimento do Veterano, o sentimento da mãe, o sentimento da criança e o

sentimento esportivo, com quem eu falo quando tenho um tema para discutir, para me atualizar? A Governança traria isso. E por último, Sr. Presidente, a proposta de que tenhamos uma reunião, a extraordinária, como todas são, nós temos poucas reuniões ordinárias, eu acho que ela é um tanto quanto autoexplicativa em relação à importância de termos isso com uma antecedência à proposta orçamentária. A proposta orçamentária indica algumas obras, mas todas são sujeitas à deliberação desta Casa. Mas fazê-las já em cima de uma visão maior de desenvolvimento daria uma substância muito mais forte à proposta orçamentária. Não que a atual não a tenha, mas se nós podemos melhorar, por que não o fazer? É isso que eu falo, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção.

**Presidente** – ... Nós estamos aqui a deliberar a respeito da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e quero crer que estejamos ainda naquela fase que em 2017 chamou-se de fase 1, de caráter orientativo. Tal como a Diretora acabou de explicar ao Plenário, esta proposta hoje a ser discutida pelo Plenário do Conselho Deliberativo diz tão somente com relação a premissas, princípios. Então, gostaria de indagar a V.Sa. com relação a esse sequenciamento, já que nós não estamos aqui a falar sobre execução ou realização de obras, tão somente sobre premissas e princípios. E aí fico preocupado se essa questão do sequenciamento não devesse vir quando o Plenário for deliberar, isso sim, com relação à fase executiva, que seria a fase 2...

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa** – Não se trata de revisão executiva, Sr. Presidente, trata-se de, sim, a gente orientar como que seria continuidade desses trabalhos, porque a questão do plano em si, do que está sendo trazida é uma votação. Agora, o que nós vamos votar, olhando para trás sem saber o que vai ser feito pela frente? Como nós estamos aqui numa discussão aberta e plena sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento, sim, acredito ser pertinente trazer a esta Casa, que é o órgão máximo de decisão deste Clube, o que se vai fazer a partir de então. E como que a gente pode ter uma macroorientação, para que quando discutirmos isso no ano que vem, se fizermos como acompanhamento, como se preconiza, que nós o tenhamos já com uma decisão bem embasada, tomada de forma madura por esta Casa.

**Presidente** – Então, vou pedir a gentileza de V.Sa. nos ajudar aqui na confecção das propostas, para submeter ao Plenário oportunamente.

**Francisco Antonio Vassellucci Filho (aparte)** – Em primeiro lugar, estou alinhado com as suas colocações, mas na linha do Guilherme, a minha única preocupação como Conselheiro e quem nasceu aqui no Pinheiros. Em 2017 nós aprovamos o PDD, o prédio administrativo não estava no PDD e foi uma oportunidade que surgiu logo depois. O Salão de Festas também vai ser uma oportunidade que vai mexer em qualquer sequenciamento, que na hora que conseguirmos uma liberação para mexer ali, aquilo vai virar prioridade. E nem sempre a gente vai ter dinheiro para tudo. Me preocupa só colocar o sequenciamento agora numa situação em que provavelmente as prioridades vão mudar rapidamente, na medida em que o Clube cresce e suas necessidades mudam às vezes de uma forma muito rápida. A própria areia é um fenômeno dos últimos 10 anos. Então, eu entendo o sequenciamento como necessário, acho que é importante tê-lo, eu só não gostaria que ele fosse algo que gerasse um pouco mais de burocracia ao invés de ajuda. Queria saber como você vê isso.

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa** – Eu não vejo como burocracia, eu vejo como uma decisão que esta Casa precisa tomar para assegurar que o futuro que nós tenhamos seja pautado por políticas, por decisões técnicas e não necessariamente por alguma coisa – Eu posso tomar a liberdade talvez até de falar de uma maneira inadequada – mas decisões que não sejam pautadas por isso. Concordo com o que você fala – Posso te chamar na intimidade de Chico – Chico, eu concordo com o que você fala,

nós temos coisas dinâmicas que acontecem e, por exemplo, assim como você mencionou o Salão de Festas e como mencionou a questão do Parquinho, se eventualmente entra uma regulamentação que nós temos que atender por uma questão de acessibilidade, dessa forma isso também ganhará prioridade. Então, o Plano Diretor, sim, tem que ter flexibilidade para acomodar esses imprevistos que eventualmente surjam. Mas isso não significa que nós devamos deixar abandonada uma linha mestra, que é uma discussão tão importante quanto essa que foi feita agora, a discussão de embasar tecnicamente o que será no futuro o sequenciamento.

**Luiz Eduardo do Amaral Cardia (aparte)** – Seu pronunciamento foi interessante, sobretudo na proposta que fez em relação à realização de reunião para tratar do PDD. Mas em relação a sequenciamento tenho uma pergunta a você: O Presidente do Conselho ponderou algumas questões e o Art. 5º, aqui eu me reporto ao Art. 5º, do Regimento Interno da Diretoria, no seu inciso I, ele coloca, fixa ali as competências da Diretoria. E uma delas, a questão do ato de gestão. O senhor não acha que esse sequenciamento atingiria a Diretoria em seu ato de gestão? Porque o Plano Diretor é uma bússola, mas ele não obriga a Diretoria a realizar as respectivas obras, ele apenas coloca ali uma diretriz para que as Diretorias, como a de agora e das que virão, até uma nova revisão do Plano Diretor possam realizar as suas obras. Mas o senhor não acredita que isso não infringiria o ato de gestão? Ou seja, se tiver um sequenciamento e obrigatoriamente teria de ser cumprido esse sequenciamento para realização das obras, não atingiria esse ato de gestão?

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa** – O sequenciamento não é algo prescritivo no sentido você o fixa, ele é algo orientativo, assim como o Plano Diretor é orientativo. E cabe a esta Casa tomar decisões sobre o futuro. Então, é melhor tomar a decisão sobre o futuro em cima de algo que você faz com base técnica, com base em critérios objetivos do que deixar a coisa acontecer.

**Fábio Rogério Moreira (aparte)** – Eu gostaria de fazer uma pergunta em relação a sua opinião. Eu acho que é importante fazer esse sequenciamento, mas também é uma coisa que não foi mencionado no PDD toda parte de grandes manutenções, por exemplo, uma reforma de pista de atletismo. E que isso influencia muito também na execução das obras. Por exemplo, hoje nós temos problemas do 4º andar, que tem vazamentos constantes de uma obra que foi feita há pouco tempo e a gente não sabe quando que isso será resolvido. Como que entrariam essas grandes manutenções dentro dessa sua perspectiva, colocar um quarto item para ver quando tiver uma necessidade de uma obra de urgência ser escalonada?

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa** – Aqui eu coincido com o que o Conselheiro Cardia acabou de falar agora. Como sua pergunta foi, qual é o meu pensamento, então, essa é uma resposta extremamente subjetiva, ok, então, ela retrata uma forma visual. E coincido aqui com o que o Conselheiro Cardia trouxe, isso é um ato de gestão. Cabe à gestão estar monitorando de uma maneira precisa, de uma maneira muito clara e de uma maneira super diligente para trazer esses tipos de obras para este Conselho. No caso da pista de atletismo, a formação de bolhas, risco de queda. Nós temos muitas pessoas que andam lá que são de uma idade mais avançada: uma queda dessa pessoa pode trazer um acidente sério. Então, isso se tornaria, sim, hoje se torna um ato emergente. Eu percebo o cuidado da Diretoria em estar sempre fazendo lá os reparos, tirando as bolhas, mas as bolhas insistem em crescer. Então, é uma obra emergencial.

**Fábio Rogério Moreira** – Nós temos o 4º andar também, que na semana passada tinham várias quadras interditadas com vazamento.

**- Manifestação de Conselheiros no plenário.**

**Presidente** – Conselheiro.

**Fábio Rogério Moreira** – Então, nós vamos incluir a manutenção nessa sua obra ou não consideraria?

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa** – Eu ainda me pauto no pronunciamento do nobre Conselheiro Cardia, isso seria alguma coisa da Diretoria, assim, ainda, como você me perguntou o que eu acho, o que eu penso, então, vou falar o que penso: Este Conselho precisa se pautar em temas do Conselho e deixar a Diretoria trabalhar. E para ele deixar a Diretoria trabalhar, ele tem que dar direcionamento, que é o nosso papel, papel estratégico, a gente não é operacional, tem que deixar a Diretoria trabalhar. E isso é um trabalho da Diretoria.

**Heitor Ferreira Tonissi** – ... Primeiramente, queria parabenizar aqui a Fernanda pela apresentação, não somente pela apresentação, mas por toda participação dela no trabalho. Acho que é uma Conselheira que veio para somar aí nesse tema do Plano Diretor, teve uma visão muito adequada da situação, sempre levando para o lado da estratégia mesmo que o plano requer. Eu venho aqui fazer umas considerações, Presidente, mais no sentido de colaboração e de antemão já gostaria de deixar consignado aqui que sou a favor da aprovação da continuidade do trabalho. Primeiramente, gostaria de fazer um esclarecimento, que acho que vale, inclusive porque existem Conselheiros que entraram na Casa pela primeira vez até depois do trabalho de 2017, acho que vale um esclarecimento, porque pelo que ouvi por aí, pelo que me perguntaram, parece que há certa confusão, inclusive por causa da nomenclatura, que a gente fica falando PDD, PDD. E o PDD, como também o senhor já mencionou na leitura anterior: PDD é o Plano Diretor de Desenvolvimento que envolve todos os setores, não só questão de obra, principalmente as nossas finalidades fim, abordagem da parte de esporte, do cultural, do social. Inclusive no trabalho de 2017 nós dividimos em oito grupo, aquelas 28 diretrizes foram divididas em oito grupos. A fase 1 foi onde foi feita uma abordagem geral do Clube, onde foram definidas os objetivos e estratégias de cada setor. E o que nós estamos aqui hoje apreciando, deliberando é somente a parte de infraestrutura. Então, talvez a gente tenha de tomar um pouco mais de cuidado com essa nomenclatura, que o PDD envolve, é um plano estratégico geral, que envolve todos os setores. E no caso aqui nós estamos somente tratando da infraestrutura. Nesse sentido, eu acho que talvez no futuro deva ser feito um ajuste, porque nessa revisão não houve uma releitura dessas diretrizes e me parece que foi diretamente para a revisão já da parte de infraestrutura que nós tínhamos deixado estabelecido na revisão de 2017. A partir da pesquisa nós delimitamos as necessidades de todos os setores e isso foi alinhado com a parte de infraestrutura. Ou seja, tem uma ligação. E agora foi feita uma revisão direto para infraestrutura sem uma revisão aprofundada dessas diretrizes. Então, acho que na sequência do trabalho vale fazer, acho que seria oportuno fazer essa revisão das estratégias, dos objetivos e das diretrizes também. Porque em relação ao estágio do trabalho, hoje está vindo aqui essa planta de intervenção com as deficiências de cada setor e as propostas, sem o sequenciamento. Então, parou no estágio que nós paramos lá, para poder realmente ir para a fase 2, como o senhor colocou. Em relação ao sequenciamento eu entendo que, como o Cardia falou, acho que tem que haver um cuidado para não atrapalhar a liberdade que a Diretoria deve ter, com base em orçamentos, em oportunidades, em dificuldades do momento, imprevistos, como o Chico colocou ali também. Mas, por outro lado, é também um assunto que deve ser abordado pelo Plano Diretor. Então, acho que é um trabalho meio em conjunto que deve ser feito. Nesse sentido, a minha sugestão é que a Comissão não seja extinta neste momento, que permaneça até para poder auxiliar a Diretoria no estabelecimento desse sequenciamento. Mas eu acho que deva sim existir, mesmo que seja a curto prazo e sempre lembrando de que ela deve ser

flexível mesmo em virtude das mudanças de tendências, de tecnologias, dos imprevistos. Mas eu acho que a Comissão, que o trabalho deva ser continuado dentro da metodologia dele para poder auxiliar a Diretoria nesse sentido. Nessa linha, Presidente, eu acho que seria até interessante, isso não é tema para a gente discutir agora, mas eu acho que vale a reflexão, a gente deva pensar nisso, talvez a gente tenha que ter um grupo, eu também sou contra ficar burocratizando, criando Comissão para tudo quanto é assunto, mas eu acho que o tema PDD é um que merece eventualmente termos uma Comissão Permanente que estude o Plano Diretor, pelo menos no nível estratégico para conversar com todos os setores: do esporte, cultural, bares e restaurantes para estar sempre sendo alimentado, porque o PDD, como já disseram aqui, é um trabalho contínuo, permanente e dinâmico. Então, acho que a gente poderia pensar numa Comissão Permanente também para poder estudar sempre isso. Quanto à planta de intervenção em si que foi apresentada, só gostaria de fazer duas observações aqui. Uma é em relação ao que foi apontado para o local para implantação do novo Centro Esportivo. Sou favorável, acho que ali é uma solução, é um dos locais viáveis, oportunos, adequados para ser implantado, mas, de qualquer forma, eu acho que na hora que for estudar profundamente o projeto para essa nova edificação deva verificar com mais base técnica, com elementos mesmo que justifiquem aquele local, porque existia no outro plano uma ideia de ser locado na extensão da onde é o atual Poli, que hoje no entendimento acho que é até praticamente inviável não somente pelas infraestruturas que foram colocadas no local, mas até pela própria dificuldade da Hans Nobiling, acho que isso ficou bem difícil. De qualquer forma, eu acho que não seria o momento de talvez já indicar a localização dele sem um estudo prévio. Essa era a observação. E a outra em relação ao Salão de Festas, que aqui fica uma sugestão à Diretoria, que a gente sabe que está na justiça e estamos dependendo de um posicionamento do Ministério Público, mas eu acredito, tenho certeza que a Diretoria está empenhada em resolver isso o quanto antes. Mas eu acho que seria interessante esclarecer não somente aqui ao Conselho, mas os próprios associados de dar um parecer, uma posição do atual momento e ver outras medidas, outras ações que possam acelerar esse processo, porque realmente ali é uma das nossas instalações que não dá mais para continuar do jeito que está, a gente precisa resolver esse assunto de uma vez por todas. E, por fim, Presidente, só queria lembrar aqui também, no sentido de colaborar, que para várias intervenções indicadas aí existem projetos já realizados. Não que esses projetos devam ser aproveitados, serem executados, mas eles podem ser aproveitados no sentido de verificação dos programas de necessidades, de soluções que foram adotadas, podem ser aproveitados, inclusive porque teve um custo para o Clube. Teve o estudo aqui do CCR, teve um estudo bem aprofundado do Centro de Bem-Estar, assim como do Centro Esportivo também, salvo engano na gestão do Dr. Antonio Moreno foi feito um estudo lá também, que creio que possa ser revisado. Então, eram essas minhas colocações e ratifico aqui que acho que a gente deva aprovar o plano, importante também para consolidar cultura do Plano Diretor tanto aqui no Conselho quanto na gestão. Era isso que tinha para falar. Muito obrigado.

**Roberto Cappellano (aparte)** – Você falou rapidamente do sequenciamento, o Luís também, depois veio o Chico e o Cardia, acho importante colocar três premissas básicas para o sequenciamento, que queria ver se você concorda. Primeiro, o seguinte, nossos recursos são finitos, então, não adianta a gente fazer tudo se não tiver uma sequência, porque nosso recurso é finito. Segundo, quem já passou pela Diretoria sabe que um projeto de qualidade não fica pronto em dois anos, a gente sabe que essas obras de grande porte precisam ser estudadas e precisam estar com antecedência para serem feitas. Então, por isso que é necessário um sequenciamento. E, por último, exatamente como o Chico falou, assim como aparecem as oportunidades que acabam passando na frente, o caso do Salão de Festas é um caso típico. Quando aparecer oportunidade se a gente ainda não estiver pronto, decidido, a gente vai perder de novo oportunidade. Então, a gente vai começar a correr atrás quando resolver. Não dá, porque o tempo é curto. Acho que quem já passou lá – Estou vendo aqui alguns

Presidentes falando – o tempo é muito curto. Então, a gente tem que estar sempre à frente, não atrás. Por isso que acho importante, Heitor, quando você coloca e o Luís, óbvio se aparecer alguma oportunidade iremos atrás, mas o Clube tem que ter uma sequência, que a qualidade do projeto que se devolve no custo da obra, com quanto mais antecedência você planejar e quando essa oportunidade aparecer, você pode executar. E para você poder fazer tudo isso tem que ter um sequenciamento. Então, por isso que acho que vale reforçar essa minha colocação e saber se você concorda.

**Heitor Ferreira Tonissi** – Concordo plenamente.

**Roberto Cappellano** – Muito obrigado.

**Heitor Ferreira Tonissi** – Era isso, Presidente. Muito obrigado.

**Luiz Eduardo do Amaral Cardia** – ... Vou ser bem rápido, Presidente, para dar oportunidade e não ser repetitivo aqui. Algumas colocações foram importantes aqui, desde o Conselheiro Luís, como elogiei em meu aparte, a questão de fazermos reuniões extraordinárias para discutirmos o Plano Diretor quando for conveniente. Cumprimentar também a nossa Diretora a Membro da Comissão do Plano Diretor, a Fernanda Themudo, que foi bem didática e sou testemunha que trabalhou bastante também durante o período da Comissão, de forma incansável, cumulando suas funções de Diretora de uma área específica do Clube, diferente dessa do Plano Diretor grosso modo, todos os Membros da Comissão, que participei também e o arquiteto Pedro Taddei, arquiteto urbanista que também prestou um excelente trabalho e que nos guiou nesse período. O Plano Diretor, Presidente, é uma peça que orienta a Diretoria e o Clube nas suas obras, nas grandes obras do Clube. Aqui foi falado a questão do sequenciamento das obras e ponderei no aparte a questão que se refere ao ato de gestão, mas há um compartilhamento das decisões, a Diretoria em seu ato de gestão, quando envia uma proposta aqui para uma obra, ela envia para o Conselho Deliberativo autorizar o uso desses recursos. E o Conselho é quem dá a palavra final, cabe ao Conselho Deliberativo, como diz o nome, discutir e deliberar a respeito dessas propostas, inclusive e principalmente as grandes obras que virão. A questão do sequenciamento, acho que foi muito interessante também o aparte do ex-Presidente Cappellano, que teve uma experiência como Presidente do Clube, é uma preocupação. A única questão que me deixa um pouco preocupado é justamente a forma de caráter obrigatório eventualmente nesse sequenciamento, porque feriria o ato de gestão. De qualquer maneira, eu acredito que esse trabalho foi muito bem feito e é de suma importância aprovação dessa revisão do Plano Diretor e o sequenciamento de tudo isso vai depender da vontade inicial da Diretoria, claro, ouvindo os associados e o Conselho Deliberativo e esta Casa dando sua palavra final. Eu mesmo tenho algumas ideias, certamente outros Conselheiros, talvez o Presidente da Diretoria tenha outras, quais obras deverão ser feitas, apresentadas inicialmente. Têm algumas ideias que foram colocadas aqui que eu também não sou favorável, mas faz parte, foram discutidas e no final, se vierem ao Conselho, eu como Conselheiro e outros podem fazer sua colocação de forma favorável ou contrária. Então, eu encaminho meu voto favorável à aprovação desse Plano Diretor de Desenvolvimento na parte de infraestrutura, como bem lembrado pelo Conselheiro Heitor. Muito obrigado.

**Alberto Sansiviero Junior** – ... Vou tentar ser breve aqui. Acho que quando estamos falando de Plano Diretor de Desenvolvimento nós não estamos falando somente de obras, no meu conceito nós estamos falando de planejamento estratégico, planejamento estratégico de longo prazo e, portanto, deve ser respaldado em avaliações, estudos e aprovação deste Conselho. Por essa razão, os Conselheiros têm mandato de seis anos e a Presidência da Diretoria, que compõe a Diretoria do



Clube, a gestão tem um mandato mais curto. Se a gente não conseguir estabelecer alinhamento entre o PDD e a gestão, nós vamos ter um problema recorrente. Precisamos conseguir alinhamento. Gestões que podem suceder, que tenham continuidade poderão se beneficiar. E se nós tivermos uma gestão que não tenha continuidade, nós vamos abandonar, interromper um planejamento anterior? O Conselho precisa garantir que aquilo que foi definido como linha de objetivo seja preservada. Eu ouvi, aprendi hoje aqui, não estava neste Conselho em discussões anteriores, sobre abrangência das discussões anteriores. Eu vim aqui efetivamente falar sobre isso, que senti muita falta nessa reflexão, apesar de valorizar muito o trabalho que foi feito, de não encontrar informações sobre quais são as premissas: Como é que nós vamos tratar o esporte? Como é que nós vamos tratar o cultural, o social, alimentação, bares e restaurantes? Como é que esse conjunto de reflexões permeia essas definições para que possa ser incorporado então num plano de obras, né, que entendo e valorizo, mas para mim ficou um pouco sem, quando olhei toda a documentação que a gente recebeu, ficou um pouco deslocado, para não dizer sem pé nem cabeça, porque quando você pensa num todo faz sentido, mas falta um alinhamento maior na minha concepção. Eu me alinho aqui ao que trouxe o Luís Alberto. Quer dizer, assim, quando ele fala de sequenciamento talvez eu falasse de priorização, porque nós precisamos ter talvez um sequenciamento A, B, C, D para cada item que está ali. Mas se a gente define prioridade, se nós sabemos quais são os nossos objetivos maiores e isso nos dá um conjunto mais objetivo, o que eu quero dizer com isso: Bom, ah, tem um problema em alimentação, vamos tratar essa questão primeiro. Temos um problema no esporte para crianças ou no esporte de maneira geral ou em equipamentos esportivos ou equipamentos sociais ou culturais, a gente pode talvez dar uma prioridade melhor para nossas ações que podem resultar na demanda por obras e na necessidade de obras ou não. Talvez na readequação de espaços que possa permear o conjunto de uma forma diferente. Eu acho que toda vez que a gente pensa, aqui quando a gente discute as obras e as aprovações, um tema que trago sempre aqui para nossa reflexão é que nós estamos olhando isso isoladamente. O momento de a gente olhar em conjunto, pensar o todo é o momento do PDD. Então, olhar isso regularmente, pensar em conjunto sobre o nosso Plano de Desenvolvimento eu acho que é fundamental, é uma prerrogativa fundamental desta Casa, nós deveríamos nos debruçar sobre isso constantemente em conjunto com a gestão, obviamente, mas deveríamos ter uma ação permanente de discussão e de revisão do PDD para poder incorporar todas as questões que já foram aqui levantadas, que não vou ficar repetindo. Agradeço a todos. Boa noite.

**Gilberto De Luccia** – ... Bom, primeiramente queria já colocar aqui o meu voto a favor da aprovação do PDD, muito bem elaborado, apresentado pela Fernanda e acho que isso aí não tem dúvida, é necessária essa aprovação justamente para continuidade do aprimoramento aqui do Clube. Agora, eu só queria fazer umas colocações, que na realidade durante o período de 2010, quando foi feito o PDD no tempo do Dr. Moreno, nessa época fui Presidente da Comissão de Obras, depois fui Diretor da parte do Tênis, então, participei muito disso. Então, por exemplo, eu notei que no PDD, nas Comissões também não observei certas informações que julgo importantes no plano de obras. Por exemplo, o anteprojeto daquela época, o setor 2, que têm as quadras de Tênis, o edifício, o estacionamento, então, o anteprojeto constava já a existência daquelas quadras suspensas, inclusive na execução dessa obra que está agora lá foi feita boa parte disso, só não foi feita justamente essa parte da cobertura, que faria as quadras cobertas e as quadras em cima. Inclusive, isso não está informado em lugar nenhum, que toda parte de fundação, contenções, remanejamento de redes, paisagismo, tudo isso já está feito, quer dizer, já está preparado para receber a estrutura metálica, já foi aprovado em 2010. Então, o que acontece, quando saiu o Presidente Toni Moreno, a nova gestão acabou não fazendo, parou no térreo. Mas como já está feita toda essa parte de fundação e tudo, então, isso é uma parte importante que os Conselheiros saibam, que também não se trata de uma obra nova, na realidade esse setor seria uma complementação de uma obra existente, o que exigiria,

vamos supor, menos estudos de viabilidade, como, por exemplo, o Poli 2, que é implantação, tem de ser feito mais estudos. Agora, somente colocando, de novo, essa questão das quadras de Tênis, essa construção, quer dizer, seria muito útil, muito boa para o setor. Também foi constatado na pesquisa a falta de quadras cobertas. Nós temos somente duas, inclusive somos um dos clubes aqui do nosso nível, a relação entre jogador e quadra, a nossa é muito ruim. Então, fazendo essa obra, a gente vai passar a ter oito quadras cobertas, então, isso vai ser uma boa feitoria. Além disso, nós vamos ter a laje com cerca de 5.000 m<sup>2</sup>, que aí podemos fazer as quadras esportivas em cima. E com isso poderemos atender, por exemplo, somente no Tênis nós temos 400 crianças em espera de Escolinha, mais 200 tenistas em aulas coletivas, mais 200 de treinamentos, então, a gente poderia atender mais essa turma. Agora, por outro lado, também sou favorável à intervenção no setor 7, onde se encontra, entre outros, o ginásio de esporte, campo de Futebol. Mas o que acontece, até a Comissão de Obras colocou: Não chegou a ser realizado nenhum estudo mais profundo com relação à locação do prédio, os transtornos do corpo associativo e valores envolvidos. Então, está prematuro isso, quer dizer, de fato teria que caminhar mais. Então, não sei se seria possível, mas pediria, por exemplo, quer dizer, vão vir aqui essas obras para o Conselho para melhor votar isso, votar com mais conhecimento, se seria possível fazer, a Diretoria providenciar tipo de um quadro comparativo entre as ações em todas as zonas com os valores estimados das obras, uma previsão de prazo para início, prazo de execução, além de um plano de relação das atividades em local a serem demolidos ou interditados, para onde vão essas atividades. Desta maneira, os Conselheiros poderão refletir sobre a cronologia mais adequadamente e votar com conhecimento de causa quando forem pautadas essas obras de retrofit para deliberação do Conselho. Então, essa é minha proposição. Agora, não poderia deixar de colocar aqui – Toni Moreno, você não está prestando atenção – Queria aqui dizer que, por exemplo, essa questão das quadras, tudo, se não fosse a tua força para conseguir aprovar o projeto e já ter feito essa parte toda de infraestrutura, não estaríamos nem falando isso agora, seria impossível fazer aquilo. Mas agora existe a possibilidade, graças a tua atuação. Então, era só isso. Obrigado.

**Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte)** – Em concordância àquilo que você disse, se houve uma pesquisa que precedeu com relação às quadras cobertas e solicitou, quase exigiu a necessidade de mais quadras, eu acho que vai no caminho certo que nós possamos fazer essas quadras com certa urgência. Só isso, concordando com a pesquisa feita com os associados.

**Gilberto De Luccia** – E já está avançada a questão de estudos e implantação, porque o prédio lá já existe, vai ficar mais fácil. A questão agora é vir valores.

**Ivan Gilberto Castaldi Filho** – Obrigado.

**Aloísio Bueno Boro** – ... Eu vou falar aqui por valor agregado, então, não vou falar mais a respeito do que já foi falado, do que os outros já falaram. Primeiro, vou partir de uma premissa que é relevante para o meu raciocínio, depois vou falar sobre as informações e depois sobre as condições finais. A premissa da qual eu falo já foi razoavelmente estabelecida aqui anteriormente, mas a maneira de a gente entender o futuro requer que a gente olhe para o futuro de uma forma diferente da que a gente olha o presente. A pesquisa que foi feita aqui, que foi feita com bastante cuidado, ela olha com muita ênfase no aqui e agora. Eu vou dar um pequeno exemplo e vou fazer um paralelo nesse exemplo. Na década de 70, no final da década de 70, a Shell fez uma pergunta rigorosamente incômoda para ela. Ela tinha 75 anos de vida, aí ao invés de comemorar 75 anos de vida, ela tinha uma ideia e todo mundo naquela época tinha uma ideia de que o petróleo duraria por mais 40 anos e mais nada, ia acabar a indústria do petróleo em 40 anos, esses era os dados de realidade na década de 70. Ao invés de a Shell comemorar 75 anos, ela fez a seguinte pergunta: O que a gente precisa

fazer para fazer mais 75 anos? Isto deu origem a uma metodologia de planejamento estratégico, chamado planejamento estratégico por cenários, que é razoavelmente diferente daquilo ao qual o senhor se referiu quando falou na forma de fazê-lo. Eu vou fazer um paralelo deste desenvolvimento da metodologia com aquilo que a gente está analisando aqui hoje. A gente, além de honrar os últimos 124 anos deste Clube, temos que fazer essa pergunta: O que a gente precisa tomar de decisão hoje para fazer mais 124 anos? Qual é a forma de a gente estruturar isso? Há planejamento estratégico, há método, há metodologia para isso. Pois bem, agora eu vou para os instrumentos que a gente tem aqui. A pesquisa que foi feita, uma pesquisa razoavelmente bem estruturada, ela tinha uma premissa de olhar para determinados grupos. Essa premissa não se confirmou se a gente olhar daquilo que foi a proposta inicial da estratificação da amostra. Para aquilo que foi efetivamente efetuado, houve um desbalanceamento em função da perspectiva anterior. Mas esse “desbalanceamento” das expectativas com a realidade reflete a maneira como nós associados refletimos sobre o Clube. O resultado estratifica muito melhor a quantidade de 39 até 65 anos, que são três estratificações que tiveram e a grande massa de respondentes dessa pesquisa foi exatamente nesse conjunto, nesse estrato de 39 a 65 anos, o que reflete a maneira como nós associados pensamos sobre o Clube. Só que esta forma, esta pesquisa reflete, portanto, esse estrato, mas não reflete todos aqueles que precisam, que vão usufruir do Clube ao longo dos próximos 10, 20, 30, 50 anos, ou o que for. Eu tenho um horizonte de tempo razoavelmente mais largo do que 15 anos aqui. Têm obras que a gente faz que duram 50 anos. Todas as referências que a gente faz sobre as obras que estão ruindo e tudo mais, a gente fala: Todas essas obras já foram absolutamente contabilizadas, já não tem mais nenhuma estrutura, nenhum estudo sobre ela, já foi completamente contabilizada. Então, desta forma, a gente precisa pensar sobre os próximos 30, 40, 50 anos. Essa informação que consta da pesquisa, apesar de ser uma informação tremendamente relevante, ela só atende o aqui e agora, ela não atende o que vai acontecer com este Clube daqui a 10 anos, ela não atende o que vai acontecer com o Clube daqui a 20 anos. Para que a gente faça isso precisa ter outra quantidade, qualidade de informação que essa pesquisa é incapaz de nos dar. É tremendamente louvável ouvir os associados o tempo inteiro, não dá para fazer isso só uma vez. Essa pesquisa é uma foto, ela não é o filme, ela não conta uma história futura. A gente precisa ter alguma estrutura estratégica ou estrutura nossa do Conselho, isso está no Conselho, corroborando com a ideia anteriormente a mim, que dê conta de entender o que vai acontecer com este Clube daqui a 10, 20, 30 anos, isso é só um pedaço da história. Outro pedaço da história a gente não tem o menor controle, a gente não sabe o que vai acontecer com o contexto, que vai fazer a gente mudar, que é o que alguns de vocês chamaram de oportunidades. A gente, por exemplo, dar uma pequena referência sobre isso, a maneira de a gente oferecer atividades para as crianças mudou e está sofrendo pressão constante, porque mudou a estrutura das escolas trazerem as crianças até no período da tarde. O fato de as escolas tomarem uma decisão de oferecer mais atividades, mais programas na parte da tarde afeta a maneira como a gente oferece aqui os nossos esportes. Por conseguinte, faz pressão, que a gente não tinha menor ideia que acontecia. Este motivo a gente não tem capacidade de ler, esta informação que vem de fora a gente precisa ser capaz de entender à medida que ela vai acontecendo. Portanto, não faz o menor sentido a gente falar em demanda atual real, não existe esse conceito único, ele é um pedaço da história, isso grosseiramente é um terço da história. A gente ouvir e entender as demandas atuais representa um terço da solução do problema. A gente precisa entender como esse fluxo se dá, esse fluxo de informação se dá ao longo do tempo e a gente não tem estrutura para entender isso. Por isso eu corroboro, a terceira proposta que foi feita pelo primeiro que veio falar aqui na tribuna, pelo Luís, que requer que a gente faça um acompanhamento desse plano, também pelo Sansiviero, que requer que a gente acompanhe esse plano muito mais amiúde do que aquilo que a gente está fazendo. Isso não pode ser fruto de revisões a cada cinco anos, assim por diante. E esta responsabilidade cabe a nós Conselheiros, ela é mais adequada para nós Conselheiros, ela é menos

adequada em qualquer outro lugar do Clube, qualquer outra esfera do Clube. A gente também tem uma estrutura de buscar informações dos associados, que é o Fala Pinheiros, têm diversas outras fontes de informação. A gente não usa essas informações aqui, a gente simplesmente escuta um pedaço dessas informações, não leva em consideração essas informações e acha que está tomando uma decisão razoavelmente significativa. A outra parte da minha fala diz respeito ao próprio plano das obras, o plano de sequenciamento. Chamou atenção alguns dos comentários das Comissões Permanentes que vieram, acho que o comentário pertinente que entendi da Comissão de Obras é que ela coloca um limite real, concreto dado pela Prefeitura sobre a quantidade de obras, de metros quadrados de obras que a gente ainda poderá fazer. Ou seja, toda e qualquer obra que precise fazer de hoje até o futuro que a gente quiser não poderá passar – Por favor, me corrija se estiver errado – de alguma coisa como 33.000 m<sup>2</sup>. Além disso, a altura máxima das obras que a gente precise fazer aqui, que a gente poderá fazer, que é de 20 metros.

**Antonio Moreno Neto (fora do microfone) – 24.**

**Aloísio Bueno Buoro – 24.** Essas duas considerações não estão no plano em momento nenhum. O que quero dizer com isso? Que qualquer obra que a gente tenha que fazer, independentemente do seu sequenciamento ou não, vai descontar desse estoque de futuras obras possíveis que a gente vá fazer. Portanto, elas não podem ser olhadas separadamente, qualquer obra que vá aumentar a nossa área precisa ser olhada em conjunto. A penalidade que a gente tem de olhar cada uma separada é que a gente vai ser incapaz de olhar o todo, a gente vai cada vez fazer mais puxadinhos, que é um dos critérios que foi colocado. Mas isso não foi estabelecido como um critério a priori do próprio plano, isso não foi dito aqui e não foi estabelecido como critério. Portanto, a gente precisa levar isto como um dos critérios de elaboração do que a gente tem aqui. Por fim, a gente tem também o comentário, quer dizer, já teci comentários sobre as três grandes questões que estão colocadas nas Comissões, mas tem o comentário, que é: O que a gente quer ser como Clube no final das contas? Essa pergunta em momento nenhum foi feita e apesar de a gente tangenciar em vários dos comentários que estão aqui: é o nosso Clube para o futuro e assim por diante, a gente têm algumas considerações que são completamente relevantes, isso para mim é um critério absoluto para a gente tomar decisão aqui, que é a quantidade de sócios que a gente tem, a quantidade de espaço que a gente tem. Sim, a gente precisa discutir isto, qual é a quantidade de espaço para a quantidade de sócio, isso diz respeito a estoque que a gente tem que lidar. A gente precisa saber como é que esse estoque se forma ao longo do tempo. A gente precisa da informação dos fluxos de uso do Clube ao longo do tempo. Essa informação está completamente dispersa no Clube, a gente não tem capacidade de olhar para essa informação de fluxos. Portanto, do meu ponto de vista, não tem a menor capacidade de tomar uma decisão sobre as necessidades do Clube, porque a gente não olha os fluxos das pessoas entrando e saindo do Clube, dos usos dos equipamentos e assim por diante. Por esta razão, tem uma leitura errada – Vou só finalizar aqui – tem uma leitura errada sobre o comentário que foi feito aqui, me antecedendo. Não está dito em momento nenhum da pesquisa, que é prioridade quadra de Tênis. Essa leitura errada se deu no relatório da Comissão de Obras, olhando a pesquisa a gente vai olhar que o critério que está ali, usa um critério de escala de menos 2 a mais 2 e a aferição da opinião dos associados sobre a necessidade ou não dá um número de 0,01 positivo. Famoso nada, não tem nenhuma influência. Se a gente olhar o grau de satisfação com as quadras dá 71%. Dada a recomendação da Comissão de Obras, se for olhar recomendação pela ótica dos associados, vai do menos importante para o mais importante, isso está acima da metade. Ou seja, demora para entender sobre isso. Para olhar qualquer obra, não só essa, mas qualquer obra, a gente precisa olhar o conjunto inteiro das obras, essa é a dificuldade de projetos dessa natureza, que isto não é simples, tem uma complexidade gigantesca. E apesar de a gente ter olhado aqui as questões com uma lupa, as

questões de obra, a gente não olhou fluxo das pessoas e o fluxo das atividades que a gente tem. Muito obrigado.

**Luiz Carlos Junqueira Franco Filho** – ... Bem, eu acho que foram feitas considerações de caráter macro aqui, muito importantes, eu subscrevo inclusive as propostas de que haja um sequenciamento não impositivo e também a importância de que esse PDD seja discutido todo ano. Gostaria muito, reitero o pedido para que seja votado. Eu tenho aqui algumas questões pontuais, então, difere um pouco dos demais pronunciamentos, que foram mais principiologicos. Primeiro ponto, é que só vi, olhando aquele resumo, há um princípio mencionado uma única vez na questão da acessibilidade. Mas ao analisar todas as obras, todos os setores, todos os detalhes que constam naquele resumo não há mais nenhuma menção à acessibilidade. Então, eu peço encarecidamente que isso seja considerado aqui no PDD e não só como princípio, mas que isso seja aplicado a todas as propostas. Vou dar um exemplo, o que muito se discute aqui é a questão da piscina suspensa. Existe inclusive um abaixo-assinado contra a piscina suspensa. O Clube fala em readequação da piscina suspensa. Eu não vou entrar no mérito porque a gente está tratando de uma questão mais principiologica, mas, assim, em toda essa discussão da piscina suspensa nunca foi mencionado o fato de que um cadeirante nunca vai acessar a piscina suspensa. Então, é necessária uma rampa, por exemplo. Outro ponto, acho que estou no Conselho há quatro anos, já falei isso há um ou dois anos, isso daqui (referindo-se à escada de acesso ao palco. Então, desculpe-me, estou tratando de questões mais pontuais, mais micro num cenário macro, mas de tanto falar em acessibilidade, o Clube senão me engano tem um processo, tem um termo de adequação de conduta no Ministério Público e ainda nada foi feito, um cadeirante ainda não consegue acessar esse palco. Então, isso é uma vergonha, isso precisa ser realmente qualificado. Um segundo ponto que me preocupa, também é óbvio, o caderno apreciado foi um resumo, mas me preocupa que alguns pontos estão sendo descritos muito vagamente. Então, é importante o sequenciamento, até para se ter noção de prioridade. Eu vou citar um ponto que me causou extrema preocupação, também como tenista, porque existe na página 20, o seguinte ponto: Quadra de Tênis, atividade esportiva prejudica a sinergia entre o Salão de Festas e alameda das palmeiras e dificulta a possibilidade de ampliação da área construída. Eu leio isso, a minha interpretação é, primeiro, tenho uma dificuldade de entender. Eu imagino que seja a quadra 24. E fico extremamente receoso de que a quadra 24, por exemplo, venha a ser demolida antes de se pensar na suspensão das quadras, antes de se pensar na ampliação das quadras. Então, o sequenciamento é importante com isso. Quer dizer, primeiro vamos perder uma quadra de Tênis para depois fazer o ginásio, então, isso é algo que me preocupa e é algo que reforça a ideia do sequenciamento. Outros pontos que queria trazer aqui, que não vi no PDD e que são discutidos nas redes sociais, são discutidos entre os associados e queria pontuar aqui. Um deles seria o aproveitamento da cobertura dos nossos prédios. Eu não vi absolutamente nada a respeito disso e aqui a gente traz exemplo do Paulistano, que fez uma reforma e utilizou a cobertura de um prédio deles como uma cobertura, como uma área, acho que foi construída inclusive quadra de Tênis ali, bar. Então, é algo que a gente deve considerar. Eu não sei se isso, não tenho esse conhecimento técnico, não sei se isso incluiria esse limite, esse estoque de área construída que temos, mas seria algo que já temos. Eu acho que demandaria talvez um esforço estrutural, algo do gênero. Mas entendo que deveria ser considerado, porque já são estruturas existentes. E por último, algo que também já ouvi falar algumas vezes seria a ideia de o Clube ter uma segunda Sede, seria a ideia de o Clube ter um terreno mais afastado que pudesse ser utilizado como centro de treinamento para as equipes de alta performance, para os adultos. E também por que não, finais de semana uma espécie de clube de campo, onde existiriam atividades complementares ao que existe aqui. Considerando a dificuldade que existe na verticalização de áreas. Considerando o limite que o Aloísio colocou dos metros quadrados que podem ser construídos e considerando que qualquer obra de grande porte vai trazer provisoriamente

uma obstrução de áreas, por exemplo, o segundo Poli vai interditar todos os galpões. Então, essa ideia da segunda sede é algo que precisaria ser considerado tanto como uma solução definitiva, uma ampliação, como temos exemplos de outros clubes, quanto uma solução para o período das obras, que seria um escape para obstruções das estruturas. Então, eram essas considerações. Muito obrigado.

**Luiz Carlos Augusto Meza** – ... Gostaria de tecer só algumas palavras, primeiro aqui ao Aloísio, com relação à pesquisa sobre o prédio do Tênis, sobre a insignificância que o nosso Conselheiro Aloísio colocou dentro da necessidade que se precisa desse prédio. Não estava preparado para isso, mas como foi agora a colocação eu vou apenas também tentar informar àqueles Conselheiros que não estão há muito tempo no Conselho, já estou há seis anos. Passei pela Diretoria do Tênis com o Cappellano, nas duas gestões com o Ivan. Agora, como Assessor na Diretoria do Paradedá, então, eu acho que alguns números tenho e não posso aqui escutar que seja uma seção que não tem uma representação ou que na pesquisa não aparece como uma prioridade para o Clube. Então, vão aí alguns dados para que todos e, antes de qualquer coisa, aprovo o PDD, acho que nós temos que tocar isso imediatamente. O Pinheiros hoje, na minha concepção é um avião em overbooking, decola, ficam 50 crianças aqui. Volta outro avião, decola, ficam mais 100. Nós estamos completamente abarrotados em todas as áreas e eu não tenho capacidade aqui para falar da Natação, porque não sou da Natação, então, eu vou sempre me pegar aqui na parte do Tênis. Vou aproveitar também para agradecer ex-Presidentes da época que tiveram a visão de construir esse estacionamento, o qual hoje se nota que era uma obra que tinha que ter sido feita realmente, porque senão estaríamos totalmente colapsados. E o Tênis foi um segmento muito afetado por essa obra. Nós perdemos dez quadras na época. Não me recordo por quanto tempo. Tivemos que alugar quadras na Hebraica. Então, passamos um período muito, mas muito, muito ruim lá. Então, um pouquinho do Tênis: são 4 mil associados que estão lá nessa seção e tenho certeza que quantos associados numa nova pesquisa que eles saibam que a parte mais cara da construção desse prédio que está aí no PDD já foi enterrada lá, ela está no 5º subsolo, que são todas as colunas de sustentação para subir esse prédio. E é interessante a gente saber isso, porque talvez todos aqui já saibam, mas muita gente não sabe: o mais caro para construção do prédio já está enterrado lá, já está pronto, está pronto para a gente levantar o nosso 5º andar. Para aqueles que também não sabem, é um prédio de 5 andares aquele: nós temos três subsolos, nós temos o 4º, que é a captação de água que está lá pronto. E o 5º, que era um projeto do Tênis, que seriam as quadras cobertas. Por falar em quadras cobertas também, o nosso Clube é o pior Clube com relação à quadra coberta/sócio, é o pior de todos. Pode comparar, esses números estão aí. Então, quando o associado souber que a grande parte desse prédio já está enterrada lá, talvez esse 0,1 da pesquisa ou quase nada se torne um número muito relevante. Então, eu tinha só que comentar sobre esse pequeno assunto que foi colocado aqui.

**Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte)** – Pucci, desculpe-me, é um aparte bem rapidinho, para te ajudar nessa pesquisa, é facilmente esclarecedor isso aqui. ... É que o Conselheiro que te precedeu, saiu muito rapidamente, então, não deu tempo de explicar, até pediria que retirasse a necessidade de eu ir à tribuna. Quando se lê aqui as frases considerando, isso é na página 7, diz o seguinte: O conjunto de 10 frases, considerando os pontos de maior e menor média de concordância. Maior média de concordância: os jardins do Clube são bem cuidados, perfeito. Quando se fala que o número de quadras cobertas é suficiente, a reposta é em cima dessa afirmação, isto foi a de menor concordância. Ninguém concordou com isso. Então, tentou-se passar de forma equivocada uma pesquisa. Eu pediria que quem leu isso tivesse lido com maior cautela, porque, vou repetir: o número de quadras de Tênis cobertas é suficiente? Ninguém concordou, é essa a pergunta, é essa a resposta. Então, vou me retirando, deixando claro isso aqui. Obrigado.

**Luiz Carlos Augusto Meza** – Agradeço esse dado, realmente não vim preparado para falar sobre isso, eu vim preparado para falar sobre o PDD. Já vou declarar o meu voto a favor, nós temos que fazer isso urgente, colocar isso para andar o mais rápido possível. Parar de briga interna aqui. Vamos lá. O Clube não é mais nosso, o Clube não é mais da minha filha também, que já está com 30 anos, o Clube vai ser dos nossos netos e temos que pensar dessa maneira, temos que parar com essa briguinha aqui e tocar esse negócio de qualquer jeito. Mas, só para finalizar, que era isso que ia comentar com você. Você estava na época, eu também acompanhei o projeto de execução da obra do estacionamento da Faria Lima. O Tênis ficou sem dez quadras por mais de três anos, um verdadeiro caos. Os Diretores na época, Gilberto De Luccia, Hugo Scott Passarelli, Paulo Cleto, o tempo todo durante a obra acalmavam os tenistas, com a promessa de que após a conclusão, olha só, naquela época, com a promessa, após a conclusão, o Tênis ganharia seis quadras cobertas e sobre a laje de cobertura dessas seis quadras, ganharíamos mais seis quadras. Como as fundações desse prédio já foram executadas para isso e nos projetos do arquiteto Edu Rocha da época que o ECP adquiriu, também estava contemplado este 5º andar elevado, para cobrir as seis quadras existentes. Considero as observações do Conselheiro Gilberto De Luccia bastante importantes e necessárias neste momento, principalmente no que diz respeito à sugestão de qualificarmos bem todas as zonas de intervenção que constam nesse PDD antes de tratarmos de prioridade e da cronologia das obras e reformas. Quanto tempo de pré-obra e de obra. Estudo de viabilidade. Levantamento do existente. Planoaltimétrico. Local da obra. Logística detalhada da construção mostrando o real sacrifício do sócio durante a obra, porque o sócio vai sofrer aqui com a obra, nós vamos fazer o quê? Possibilidade de obtenção de alvará na Prefeitura e quanto tempo. Sondagens de solo. Projeto das fundações. Projetos básicos de arquitetura, hidráulica, elétrica e acessórios. Cálculos e projetos estruturais de concreto armado e metálico. Levantamento de todos os custos, prazos reais obtidos por empresas especializadas. Sem um pré-obra muito bem feito e um estudo cuidadoso do fluxo de caixa real de cada obra, vis a vis nosso caixa para investimento fatalmente erraremos novamente e incorreremos em estouros significativos de custos e prazos, gerando dificuldade futura em honrar compromisso sem a venda primária de novos títulos, o que aumentaria ainda mais o número de sócios, que é o que vem ocorrendo aqui há 25 anos. A frequência dos sócios aumentou assustadoramente nos últimos anos no Clube. No Tênis que temos um sistema de controle de uso das quadras aumentou o número em 45%. E aí fica a pergunta: Como gerenciar o mesmo espaço com 45% a mais de frequência? A utilização das quadras em três anos e meio: Conheço bem o sistema porque fui Diretor, blá, blá, blá, blá, blá, blá. Bom, então, basicamente é isso, pessoal. Apenas passar para vocês um pouco da informação do prédio do Tênis que está aí no PDD e que a gente tem uma grande parte dessa obra já pronta, apenas para executar essa parte superior. Muito obrigado. Boa noite a todos.

**Antonio Moreno Neto** – ... Sr. Presidente, gostaria primeiro de colocar um fato explicativo, principalmente aqueles que já são Conselheiros há muito tempo já sabem o que vou dizer, mas aos novos uma explicação. Quando eu assumi a Presidência do Clube verifiquei que algumas intervenções que foram feitas sem nominá-las, acho que não deveriam ser feitas pela vontade do Presidente Executivo. Então, até numa reunião da Diretoria eu falei: Eu não posso, por exemplo, cismar de colocar um McDonald's nas Araras, um exemplo bem ridículo, mas, por quê? Porque essa vontade, se o Conselho é favorável, é aprovado e pronto. Então, nós da Diretoria decidimos fazer um Plano Diretor de Desenvolvimento com todos os aspectos técnicos que na época eram exigidos e apresentamos para aprovação no Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento. Isso foi amplo, não foi só em obra, foi a parte social, cultural também e nós apresentamos ao Conselho e o Conselho aprovou. Antes disso, as Diretorias faziam o seu Plano Diretor de Desenvolvimento, que era um ato do Executivo e executavam. Aí apresentavam ao Conselho aprovação de alguns itens que achava

viável. Com essa medida, o que aconteceu, qual foi o objetivo? O objetivo foi, qualquer Presidente Executivo que chegasse a exercer o mandato seria obrigado, primeiro, ele priorizaria tudo que está dentro do Plano Diretor. E dentro dessa priorização, ele vinha ao Conselho e pedia aprovação. Foi esse o objetivo que foi aprovado por esta Casa em 2010. Depois, como disse o Heitor, em 2017 teve a revisão, uma revisão que foi muito boa, principalmente para determinar o zoneamento das intervenções e agora está sendo apresentada essa nova revisão. São revisões que são feitas. Foi colocado aqui com muita propriedade que precisaria também revisar e fazer o Plano Diretor de Esportes, Plano Diretor Cultural, Plano Diretor Social, mas na revisão feita em 2017 esses três itens foram super bem abordados com Comissão e estão funcionando até hoje, esses três itens foram feitos. E agora está sendo apresentado esse Plano Diretor de Desenvolvimento para infraestrutura, que no seu escopo ele atende a algumas das premissas das outras áreas também. E como foi colocado pela Fernanda – Aliás, parabéns para a Fernanda e todos os participantes do grupo que apresentou esse projeto – isso é uma direção, não é efetivo, nós estamos falando aqui, discutindo como também tem que ser discutido vários aspectos, mas isso é só um direcionamento. As prioridades são feitas pelo Executivo, não é o Conselho que vai fazer a prioridade. Mesmo a sequencial é importante, mas quem faz é o Executivo e ele apresenta ao Conselho. O Conselho poderá aprovar ou não, mas, até, falando para o Luís. Luís, você colocou muito bem o negócio sequencial, mas a prerrogativa é da Diretoria, ela que vai priorizar aquilo que acha. Então, não adianta a gente querer adiar. Estão aqui presentes três ex-Presidentes, comigo são quatro: Cappellano, Dutra, Ivan e eu, acho que são quatro Presidentes Executivos aqui que sabem que em dois anos, tivemos a reeleição, mais dois, é um espaço muito curto para realizar alguma coisa no Clube. E nós temos que acelerar mesmo, não dá para você falar: Então, nós vamos fazer, desculpe-me, Luís, Governança, não dá, infelizmente não dá. A parte executiva ela tem que fazer, sabe por quê? O Pinheiros sempre foi o exemplo de modernidade e um Clube para frente. E nós temos que atender as nossas demandas. O que aconteceu e todos sabem, que a frequência do Clube, que tinha uma média de 5, 6 mil pessoas por dia antes da pandemia, um pouco mais, hoje tem de 9 a 10 mil. E não é só o Pinheiros, todos os clubes estão com essa demanda, por quê? Na pandemia todo mundo frequentou o Clube e isso virou uma sequência. E por ação de um pinheirense que fez o famoso cartel aí, que foi falado e que elevou o valor da compra do título, isso ficou um valor, para aqueles que não queriam mais frequentar o Clube, ficou um valor bem atrativo. Então, o que eles fizeram: Venderam os seus títulos com um valor alto. E aqueles que o sucederam, pagaram um valor alto para frequentar o Clube. Então, hoje esse volume de crianças que estão na fila de espera de várias atividades do Clube: Natação, Judô, Esgrima, Tênis, todas essas crianças não podem, elas entram aqui no Clube como associadas e não podem praticar o esporte que elas gostariam, porque o nome do nosso Clube é Esporte Clube Pinheiros e elas não podem praticar. Uma criança que fica dois, três anos sem poder ir à Natação, dificilmente vai recuperar o tempo de aprendizado sobre essa atividade. Então, nós temos que ter a responsabilidade, quando a gente fala do Poli 2, é uma necessidade. Não vamos exagerar naquilo que a gente fala: Não, mas vamos fazer tal. Nós vamos fazer uma estrutura para absorver o que é preciso. E para isso têm dados, não é um negócio aleatório. E eu acho muito bacana planejamento de 20, 30 anos, mas é muito difícil, Aloísio, a gente ter elementos para poder colocar hoje perspectiva daqui a 20, 30 anos. E estou falando que é muito difícil, pelo próprio exemplo que acabei de falar da pandemia. Alguém esperava que fosse ter essa frequência no Clube, 10 mil sócios, acrescido dessa mudança do associado que não frequentava e entregava o título para o Clube vender. Era feito edital no valor compatível. Hoje a pessoa compra no valor alto, ela quer frequentar e pôr os filhos para fazer atividade aqui. Principal, não são somente os filhos, atividade é para todas as idades, mas isso é muito importante para nós. Eu acho que nós temos, se me permitir, obrigação de tomarmos decisão, podem ter algumas com alguma deficiência, mas tomar uma decisão pensando nesse futuro do Clube. Concordo que pode ser feito um Plano Diretor para frente, mais para o futuro,



existem alguns métodos para isso, mas também existe muita dificuldade para conseguir planejar tudo ao mesmo tempo. Nós também, como eu falei, a Diretoria tem dois anos, com reeleição, dois anos. Nós Conselheiros estamos há seis anos aqui e cabe a nós aprovar ou não o que a Diretoria apresentar. Mas a Diretoria é a responsável para priorizar todas as atividades. É só isso, Presidente. Sou 100% favorável à aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento. Parabéns a todos que executaram. Obrigado.

**Luís Eduardo Dutra Rodrigues (aparte)** – Presidente Toni, boa noite. Primeiro, corroborando suas palavras e nós que passamos pela gestão, o senhor se referiu a isso, da importância de a gente ter um norte e os Planos Diretores é que nos dão esse norte. Eu somente queria fazer uma pequena correção, se me permite, até por justiça, da lembrança do Plano Diretor do Kalil, que é anterior a esse de 2010, que foi feito em 2003 e verdadeiramente era o Plano Diretor de Desenvolvimento que tratava da área social, cultural, administrativa e da infraestrutura. Então, era somente isso. Muito obrigado.

**Antonio Moreno Neto** – A correção está certa, eu era Vice-Presidente dele, só que ele não apresentou aprovação no Conselho. O único Plano Diretor aprovado pelo Conselho foi em 2010. Obrigado, Presidente.

**Alexandre Fiore Weyand (pela ordem)** – Sr. Presidente, pela ordem. Queria saber se poderia consultar o Plenário se as discussões já não foram densas para a gente ir à votação. Obrigado.

**Presidente** – Vamos ouvir o Conselheiro André.

**André Franco Montoro Filho** – ... Primeiro, parabéns à Fernanda, e todos que realizaram o trabalho, que é muito importante. O Toni acabou de falar algo que me pareceu muito importante. Foi em uma das primeiras reuniões, em 2010 que eu participei. Foi a aprovação do Plano de Desenvolvimento. Fiquei muito contente, porque aí realmente estava se implantando algo em termos de planejamento no Clube, estabelecendo prioridades. Plano sem prioridade não é plano. Tem que ter o sequenciamento de ações. Eu prefiro o termo prioridade. Precisa ter as prioridades, senão fica simplesmente uma carta de intenções gerais, que vale tudo. Então, tem que tentar ao menos estabelecer algumas prioridades. Claro que essas prioridades precisam ser flexíveis, o plano tem que ser flexível. E lembro aqui que o fracasso da economia socialista se deu pela inflexibilidade dos seus planos de desenvolvimento e claramente mostrou a necessidade da flexibilidade no mundo, ainda mais no mundo de hoje. Então, é claro que tem a flexibilidade, mas tem que haver, a meu ver, o esforço de estabelecer prioridades em função de alguns critérios. Então, aí mesmo, dando exemplos sem querer criticar, mas a página 6 apresenta a as edificações que precisam intervenção prioritária. E na página seguinte tem o grau de satisfação com edificações do Clube. Agora, na página 24 vêm as ações, como é que essas duas coisas se conversam? Eu não vejo muita ligação entre as prioridades, aquilo que a comunidade está dizendo que está bem ou não e as ações que são propostas. A mesma coisa se aplica com a discussão do Tênis. Aqui, alto grau de satisfação com as edificações do Clube: as quadras de Tênis estão com 71% de satisfação, talvez seja exatamente por causa trabalho do Conselheiro que me antecedeu, mas claramente não é prioritário quando você tem o Salão de Festas somente com 36% de aprovação. É claro que existem outros fatores, existe uma série de outras considerações, mas essa tem que ser considerada. Eu acho que deveria haver essa consideração. Exatamente em função disso, eu faria uma proposta que de aqui por diante todo o pedido, solicitação de investimentos fizesse referência ao Plano Diretor, dissesse que parte do Plano Diretor ou que item do Plano Diretor, qual a prioridade que está atendendo. É claro que às vezes ocorrem emergência,

vazando água em certo local, então, é uma prioridade fora do plano, ou algo que tenha alguma excepcionalidade, mas não sendo assim, eu acho que seria muito importante para que o plano tenha realmente efetividade, que os próximos pedidos para investimentos sejam embasados em alguma coisa do plano. Fui bem rápido, Sr. Presidente. Obrigado.

**Eduardo de Azevedo Marques Strang (aparte) – ...** O ponto é justamente esse do racional, de conexão das pesquisas com as propostas. A gente viu e ouviu aqui sobre valorizar o patrimônio do Clube e ao mesmo tempo um dos itens que aparece, apesar de a piscina ser top 10, a piscina redonda e o complexo aquático externo ser top 10 aqui, por que ela estaria sendo colocada, a demolição da piscina redonda como proposta? Qual a conexão de uma pesquisa que elogia o complexo aquático externo com esse pedido? Você concorda que...

**André Franco Montoro Filho –** Eu concordo totalmente, exatamente esse ponto dá certa dissonância entre um pedido e outro. É claro que pode haver outras razões, pode haver até um movimento esclarecendo a necessidade da piscina, mas hoje não deve ser prioritário. Se não houver prioridades vai se ter permanentemente puxadinhos para encaixar obras. Por isso acho importante que seja estabelecida essa regra de dizer que a que parte do Plano Diretor está se referindo. Muito obrigado.

**Presidente – ...** Antes de submeter ao Plenário eu faria apenas uma indagação ao ilustre Conselheiro Fiore, nós temos quatro inscritos...

**- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.**

**Presidente –** Um minutinho só, por favor. ...se cada um se limitasse a falar por cinco minutos, até para que nós pudéssemos ouvir uma Conselheira, uma opinião das mulheres do Pinheiros, eu acho que seria interessante. Podemos fazer assim, cada um ficaria limitado a cinco minutos? Podemos fazer assim, Conselheiro Fiore?

**- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.**

**Presidente –...** Então, vou submeter a votos. Vamos lá, vou submeter a votos se o Plenário está esclarecido.

#### **Votação (utilizando-se keypad)**

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros entendem que o assunto objeto do processo CD-10/2017 está suficientemente esclarecido, devendo passar à votação?

Resultado: 124 votos SIM, 26 votos NÃO e 04 ABSTENÇÕES.

**Alexandre Perrone Lomonaco –** Sr. Presidente, eu lamento que tenha sido impedido de falar. Muito obrigado a vocês que preferem ir para casa, eu gostaria de ter vindo em outra reunião, outro dia e poder falar. Mas a democracia é assim. Eu só queria fazer uma proposta, porque há um equívoco no plano e essa eu acho que a gente não pode deixar. Não é nada grave, mas...

**- Manifestação de Conselheiros no plenário.**

**Presidente** – Conselheiro Lomonaco, é que já estamos em votação.

**Alexandre Perrone Lomonaco** – Então, a proposta é a seguinte, na zona 4, página 21, tem aqui nas propostas: Atendendo a recomendação da diretriz 06 do PDD 2017, estudar a viabilidade para destinar uma área com infraestrutura destinada ao público... Bom, muito bem, mas o que diz...

**Presidente** – Conselheiro Lomonaco, a discussão já foi encerrada. Conselheiro Lomonaco, por favor, a discussão foi encerrada.

**Alexandre Perrone Lomonaco** – Eu estou querendo fazer uma proposta.

**Presidente** – Conselheiro, a discussão está encerrada, nós temos que respeitar a vontade do Plenário, por favor.

**Alexandre Perrone Lomonaco** – Então, só que isso já foi feito, como houve continuidade do Plano Diretor, o protocolo foi aprovado por esta Casa, tem um protocolo de criação de atividade, que é o Art. 5º, do Regimento da Diretoria. Então, não dá para dizer que é Proposta 6, porque não é, ela foi trabalhada e é o Art. 5º. Era simples. Vocês acharam que eu fosse fazer como todo mundo, discursar aqui, eu não vou. Mas isso precisava fazer. Obrigado.

**Presidente** – Obrigado, Conselheiro Lomonaco. Conselheiros, apenas para esclarecimento do Plenário, nós temos a proposta da Diretoria que vamos colocar em votação. Em seguida colocaremos em votação as proposições feitas pelo ilustre Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa. Pois não, Conselheiro?

**José Manssur (fora do microfone)** – Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente.

**- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.**

**José Manssur** – Com a licença dos senhores, eu agradeceria. Para se manifestar a respeito da proposta do ilustre Conselheiro Luís Alberto seria neste momento ou quando o senhor a colocar, porque solicitarei a palavra pela ordem, conforme o Regimento me permite. Seria neste instante ou quando o senhor colocar?

**Presidente** – Eu vou primeiro submeter à votação a proposta tal como endereçada pela Diretoria, em seguida, formularei os quesitos com relação às proposições feitas pelo Dr. Luís Alberto e aí poderei então ouvir, com muita honra, a questão pela ordem.

**José Manssur** – Agradeço e peço desculpas ao Plenário se porventura fui impertinente. Obrigado, Presidente.

**Presidente** – O senhor nunca é impertinente, Dr. Manssur. Vamos então, por favor, colocar o quesito.

### **Votação (utilizando-se keypad)**

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento proposta pela Diretoria, abrangendo a revisão e atualização do zoneamento estratégico, intervenções e princípios e premissas de infraestrutura, objeto do processo CD-10/2017, com as recomendações formuladas pelas Comissões Permanentes de Obras e Financeira em seus pareceres acerca da matéria?

Resultado: 118 votos SIM, 30 votos NÃO e 03 ABSTENÇÕES.

**Presidente** – Foi aprovada a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento proposta pela Diretoria, ... Vamos então agora submeter à votação as proposições feitas pelo ilustre Conselheiro Luís Alberto. No entanto, antes de submeter, quero ouvir o ilustre Conselheiro Efetivo José Manssur.

**José Manssur (pela ordem)** – Sr. Presidente, agradeço a atenção. Eu estou falando pela ordem, com fundamento no Art. 52, inciso IV, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. O núcleo verbal fala em reclamar, jamais falaria que estou a reclamar, estou apenas e tão somente suscitando uma questão que me parece importante. Com o talento e a inteligência por todos reconhecida do Conselheiro Luís Alberto e tomei nota enquanto V.Sa. falava, ele fundamentalmente se utiliza da expressão sequenciamento com caráter obrigatório. Raciocinei e tenho para mim que seria uma emenda aditiva, não modifica nada, não aglutina, ele apenas soma. Posteriormente, Sr. Presidente, eu ouvi o ilustre Engenheiro Tonissi, que já fala em sequenciamento não obrigatório e também essa não obrigatoriedade foi seguida pelos não menos ilustres Conselheiros, Professor Aloísio, o Conselheiro Luiz Junqueira e outros também falaram nesse mesmo sentido. Sr. Presidente, tenho para mim que a regra básica que está no Estatuto Social, que é o Art. 51, que fala: – E o senhor colocou bem em sua exposição – que compete à Diretoria Executiva fixar as diretrizes da Administração. Este dispositivo é secundado pelo Art. 5º, do Regimento Interno, aqui citado brilhantemente pelo Conselheiro Cardia. Eu ouvi atentamente – Por isso havia me inscrito, mas jamais iria usar desse estratagema para fazer a discussão, V.Sa. me interrompa a hora que entender que essa palavra pela ordem está indo adiante – Eu li praticamente novamente todo o ordenamento institucional, só num Artigo, que está no 152, inciso I, o nosso ordenamento institucional fala em Plano Diretor. E vou tomar a liberdade de ler, com a licença de todos os senhores, esse 152, I, que vai ao encontro e não de encontro, mas ao encontro do que estou aqui a dizer. O Art. 152, I, Sr. Presidente, que é o único que fala no ordenamento em Plano Diretor, ele regula aplicação do Fundo Especial, ele diz: O Fundo Especial será aplicado exclusivamente na execução, no ato de fazer o Plano Diretor, elaborado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho. Como bem citou o Conselheiro Luiz Carlos Junqueira, nós estamos aqui a falar de normas principiológicas, que são aquelas que reúnem as diretrizes. Logo, Sr. Presidente, finalizo a palavra pela ordem, com a devida vênua e sem embargo do brilho e do talento do Conselheiro Luís Alberto, sendo norma principiológica, que traz no seu bojo diretrizes e desculpe colocar o definido na definição, princípios, essas normas, essas diretrizes, esses princípios estão subsumidos ao ato de gestão, que quando for executar obrigatoriamente, aí eu respondo ao Conselheiro Montoro, obrigatoriamente tem que trazer ao Conselho, porque o Art. 152, I, diz: Na execução das normas do Plano Diretor. Plano Diretor esse que na gestão de 2010, do Conselheiro Moreno foi aprovado e agora nós estamos apenas em processo de revisão. Só se pode rever aquilo que existe, não se revê o que não existe. Nós já temos um Plano Diretor, estamos apenas a rever princípios e, como disse Engenheiro Tonissi, relativos apenas e tão somente à infraestrutura. Razão pela qual, na minha palavra pela ordem, Sr. Presidente, entendo que a emenda aditiva, sem

embargo do brilho do Conselheiro Luís Alberto, ela refoge às inteiras à matéria objeto do item 3 da Ordem do Dia. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, com o máximo respeito.

**Roberto Cappellano** – Dr. Guilherme, só queria fazer uma colocação em cima do que o Dr. Manssur falou. Na aprovação do plano de 2017, Dr. Manssur, foi colocado que a fase 2 seria o sequenciamento. Então, não é somente o de 2010, quando fez 2017, o sequenciamento, que seria priorização das obras, não obrigatórias, faz parte do que já foi aprovado nesta Casa. Em 2010 não foi, mas em 2017 foi. Só para deixar bem claro ao Plenário, que tem muita gente nova aqui, só isso que queria colocar, não obrigatória.

**José Manssur** – Na verdade o senhor tem toda razão, estou me atendo à proposta do Conselheiro Luís Alberto, estou me atendo como veio, Presidente Emérito, ele fala em obrigatória. Se ele fizesse o sequenciamento não obrigatório eu concordo plenamente, mas a proposta dele, eu não posso alterá-la, veio como obrigatória.

**Roberto Cappellano** – Até perguntei para ele lá, que o Dr. Manssur falou, eu perguntei ao Conselheiro Luís Alberto: É obrigatório ou não obrigatório? E o Luís Alberto me falou que não era obrigatório, inclusive eu falei: Luís, vai lá, a proposta é sua, coloque do jeito correto que foi feito na tribuna para não ter nenhuma dúvida no Plenário. Se for o que o Dr. Manssur falou e eu também entendi, acho que a gente caminha para o mesmo lado. Só isso. Muito obrigado pela colocação.

**Presidente** – A Presidência tinha o mesmo entendimento, até depois que o ilustre Conselheiro Luís Alberto respondeu a um aparte, para a Presidência ficou muito esclarecido que se tratava de algo orientativo, sem nenhum caráter vinculante ou obrigatório.

**Roberto Cappellano** – Chame-o.

**Presidente** – Claro, vou ouvir o Conselheiro Luís Alberto, mas, antes vou ouvir a Conselheira Maria Elisa, por favor.

**Maria Elisa Cappellano** – Vou utilizar o mesmo artigo que o Dr. Manssur utilizou, não é uma reclamação, estou no sentido de adicionar, porque este mês eu vi que teve uma excelente Conselheira que veio falar sobre o Plano Diretor, depois não veio nenhuma e nós temos representatividade neste Conselho sim. E o Plano Diretor, a meu ver, falta uma visão da família. Então, quando o Conselheiro Aloísio falou a respeito de visão de futuro, nós temos que entender como vai funcionar a família. Vou ser avó agora, nós temos avós. Então, assim, precisa sim, este Plano Diretor é muito bom, é salutar que tenhamos trazido isso à discussão, só que faltam muitos itens para serem orientativos por nosso plano. Ninguém pensou que as famílias, a partir de 2050 nós vamos ter uma população maior acima de 65 anos do que uma população menor de 14. Então, nós vamos pensar em construir, construir, construir e não estamos pensando no social, na antropologia, o que é este Clube, esse pulmão, o Clube é como um corpo, ele tem que ser visto inteiro.

...

**Presidente** – Conselheira, por favor, a discussão já foi encerrada. Nós estamos em processo de votação.

**Maria Elisa Cappellano** – Sim, mas eu gostaria que todo mundo pensasse no PDD, que ele tem que ser aprimorado.

**Presidente** – Obrigado.

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa (pela ordem)** –... Empresarialmente e nós estamos hoje tomando uma decisão empresarial, um planejamento como esse decorrente de um documento desta natureza, ele é orientativo sempre, o que o senhor brilhantemente demonstrou ter entendido. E o fato de ser orientativo significa que ele tem que ser flexível o suficiente para acomodar demandas imprevistas, que a tecnologia, as mudanças sociais, a mudança inclusive no tecido socioeconômico que teremos aqui. Imaginem que daqui a um tempo nós não teremos mais Veteranos neste Clube e precisamos ter isso em mente neste momento para tomar as decisões. Também pela ordem, Sr. Presidente, eu entendo que a partir do momento que se encerrou a discussão não cabe mais proposta. Só isso.

**Presidente** – Muito obrigado. Acho que a questão foi esclarecida. Então, vamos submeter à votação as proposições feitas pelo ilustre Conselheiro Luís Alberto na seguinte sequência, tal como formuladas. Vamos projetar o 1º quesito, por favor, trata-se justamente da questão do sequenciamento.

**- Manifestação de Conselheiro no plenário: Não obrigatório.**

**Presidente** – Vamos colocar o sequenciamento não obrigatório.

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa (fora do microfone** – Sr. Presidente, sequenciamento orientativo.

**Presidente** – Ah, vamos aprimorar. Muito obrigado, Conselheiro. Sequenciamento orientativo.

#### **Votação (utilizando-se keypad)**

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a primeira proposição formulada em Plenário pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, de continuidade do PDD com foco na apresentação do sequenciamento orientativo feito com base em critérios técnicos e objetivos?

Resultado: 102 votos SIM, 35 votos NÃO e 04 ABSTENÇÕES.

**Presidente** – Foi aprovada a primeira proposição formulada em Plenário pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, ... Então, vamos agora projetar o 2º quesito, que diz respeito à segunda proposição formulada pelo Conselheiro Luís Alberto.

#### **Votação (utilizando-se keypad)**

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a segunda proposição formulada em Plenário pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, no sentido de que a Diretoria disponibilize ao Conselho Deliberativo a estrutura de governança do PDD de modo que as Conselheiras e os Conselheiros saibam a quem recorrer quando buscam esclarecimento de dúvidas?

Resultado: 108 votos SIM, 31 votos NÃO e 05 ABSTENÇÕES.

**Presidente** – Foi aprovada a segunda proposição formulada em Plenário pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, ... Vamos agora então à terceira proposição formulada em Plenário pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, no sentido de que o Conselho Deliberativo coloque na programação uma reunião extraordinária anual para ciência e acompanhamento do PDD, preferencialmente antes do início dos trabalhos de elaboração da Proposta Orçamentária. Nós vamos projetar o quesito, se não ficou claro...

**Alexandre Perrone Lomonaco (questão de ordem)** – Sr. Presidente, questão de ordem. Salvo engano, isso parece muito mais uma alteração regimental das matérias do Conselho do que uma emenda quando se aprova um Plano Diretor de Obras, não me parece ter nada a ver. É boa a ideia, mas isso é uma alteração regimental, isso não é uma proposta para este momento. Obrigado.

**José Manssur** – Nada a acrescentar ao que Alexandre dissera, o Conselheiro ilustre, mas quando o senhor leu me parece que a proposta era antes da discussão da proposta orçamentária.

**Presidente** – Preferencialmente antes do início dos trabalhos da elaboração da proposta orçamentária.

**José Manssur** – Proposta orçamentária é uma Reunião Ordinária prevista no Estatuto. Se nós colocarmos essa obrigatoriedade, Conselheiro Lomonaco, apenas uma pequena retificação, no princípio está correto, nós estaríamos alterando o próprio Estatuto Social, que estabelece a Reunião Ordinária, em novembro.

**Presidente** – Conselheiro Efetivo José Manssur, eu acredito que não estaríamos modificando o Estatuto, porque se trataria de uma reunião extraordinária.

**José Manssur** – Aí o senhor teria que fazer ordinária, que já houve precedente: ordinária e extraordinária.

**Presidente** – Exatamente, na mesma reunião.

**José Manssur** – Apenas pondero, peço licença para obter o seguinte: Uma discussão na extraordinária pode prejudicar a realização da ordinária.

**Luís Alberto Figueiredo de Sousa** – Sr. Presidente, eu não havia dado conta deste reflexo quando lancei a ideia, pertinente, correta e precisa a colocação do Conselheiro Lomonaco. E para fins de bons andamentos do trabalho desta Casa, eu gostaria que a Casa aceitasse que eu retiro a proposta.

**Presidente** – Pela manifestação do Plenário, entendo que esteja prejudicado o quesito. Não há mais quesitos a deliberar.

**Item 4 - “A Voz do Conselheiro”.****Pronunciamentos:**

**Alexandre Fiore Weyand** – ... Bom, hoje venho aqui a esta tribuna para trazer vários anseios de associados. Vou tentar ser rápido, porque são muitos e alguns de caráter bastante grave até. Queria começar, falando um pouco sobre as aulas de Spinning. Eu acho que tem muito equipamento lá no Fitness que está com defeito e as bicicletas do Fitness tem um problema, que as pessoas rosqueiam mais do que deveria, que acaba causando um problema nas bicicletas, muitas avarias e muitas bicicletas ficam fora do uso. Então, acho que a Diretoria responsável deveria comunicar para que não se aperte muito essas rodelas, porcas, não sei como é que fala. Copos para viagem, também muitos associados me questionaram que quando pedem alguma coisa para viagem em qualquer lanchonete, os copos não vêm com tampa. Então, é meio bizarro se pedir um café para viagem e não posso botar uma tampa nele, porque é praticamente a mesma coisa que tomar in loco. Associados também estão questionando no coworking, que na verdade não é um coworking, é uma sala de estudos, isso também eu acho que precisa ficar bem frisado, porque associados entendem que isso é um espaço de coworking, fazem ligações, ficam falando em voz alta e atrapalham outros associados que estão lá para estudar, ler ou que seja. Eu já vim várias vezes aqui, falando que o Clube deve destinar um espaço para isso, até porque se você passeia pelo Clube vê que tem um montão de gente trabalhando, ocupando mesas. Até pensei em tirar foto, mas acho que é meio ruim ficar tirando foto das pessoas. Mas acho que todo mundo que frequenta o Clube sabe, que vê um monte de gente trabalhando em lugares que as pessoas poderiam estar sentadas, comendo. Agora, assuntos mais sérios. Os associados anseiam por respostas do que aconteceu com o chefe do cartel: se ele foi impune, se ele tomou alguma punição. Acho que todo corpo associativo quer saber o que esse senhor que atentou contra nossa Instituição, se recebeu uma severa punição. Também falando sobre o IP do site do YouTube que estava veiculando trechos da nossa reunião sem a nossa devida autorização, se foi traqueado o responsável por isso e se ele também foi punido. Por fim, o assunto que é o mais grave. Todos aqui estão cientes que no final do mês passado nós tivemos a notícia do chefe de segurança do Clube, que já estava aqui há 31 anos. Um dossiê foi feito pelo nosso colega, Conselheiro Bruno Minioli, em que têm coisas extremamente assustadoras. Associados ficaram muito estarecidos, chocados com essa revelação. Até gostaria de botar alguns pontos aqui, a começar que 31 anos de Clube, os últimos 14 é que vieram os casos no dossiê. Passaram-se cinco Presidentes, R\$84.000,00 foram pagos de indenização a ele. Então, me surpreende que inclusive ele até foi promovido no ano passado pela atual gestão. Também fiquei chocado com a nota que a Diretoria expediu para comunicar aos associados sobre essa barbaridade, em que dizia basicamente que não compactuava com qualquer tipo de abuso, tal. Assim, para mim, soa, desculpe-me o palavreado, porca e irônica, porque se passou tanto tempo tendo essas coisas e simplesmente fala que não compactua. Imagina se compactuasse então, ... isso aqui nem imagino o que teria se tornado. Não sei se foi departamento jurídico que escreveu a nota, como acontecia na gestão passada. E eu acho que a Presidência deveria ter assinado isso, porque é gravíssimo e muitas pessoas estão questionando porque essa situação ficou desse jeito por tanto tempo. Mais uma vez o Pinheiros apareceu em páginas policiais, é lamentável e pelo que eu vi, esse funcionário não foi desligado por justa causa. Ou seja, alguém que está há 31 anos aí, façam as contas, deve ter levado uma bolada que vai sair dos nossos cofres. Obrigado. Boa noite. (Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria).

**Luciane de Camargo Mello** – Boa noite a todos que ficaram neste final de noite, como sempre, termina a votação a maior parte se levanta, mas, enfim, corroborando que um dos itens que meu



colega que antecedeu, falou, não poderia deixar de ficar consignada a minha tristeza e consternação com os fatos gravíssimos que ocorreram no desligamento posterior do chefe do departamento de segurança operacional Paulo Sérgio Andrade. Já é de conhecimento de todos, inclusive matérias da revista Piauí, de 29 de fevereiro. Tenho conhecimento também que administrativamente o Conselheiro Bruno Minioli instaurou um procedimento e solicitou explicações para apuração do ocorrido, para que todos tenham conhecimento, porque pelo menos eu, não sei se todos os Conselheiros tinham conhecimento dos fatos, principalmente após a existência das sete ações trabalhistas contra o Clube dos assédios morais e sexuais praticados e que foram comprovados perante a justiça, pelo que se tem notícia das informações como, repito, que nós não tivemos ainda conhecimento da documentação existente. Ele foi dispensado sem justa causa, que a gente às vezes fala demitido erroneamente, no dia 07 de junho, depois de se ter a notícia veiculada na imprensa. Então, apenas posteriormente a estarmos novamente nas páginas policiais o funcionário foi dispensado. Parece que não foi, que se tem notícia, repito, parece, porque o pedido é isso de termos conhecimento de todos os fatos, para não ficar: Oh, parece, alguém falou, o outro falou, que as gestões tinham pleno conhecimento, tanto 19 e 23, como a que se iniciou agora e também gestões anteriores, que parece que a primeira ação trabalhista é de 2010. Então, a palavra que me vem: eu tenho vergonha. Vergonha, eu faço parte deste Clube, não é: A gestão, foi o outro. Não, sou eu, sou membro, então, tenho vergonha de estar tendo de ouvir, ver e pedir explicações por tudo isso. Outra palavra: conivência, porque os associados me questionam: Mas o que o Conselho fez? Você não vai fazer nada? O que vocês fazem? E você fica: Não, eu vou ter conhecimento, saber, porque não sabemos, não sabemos. Muitos reclamam que o Esporte Clube Pinheiros está nas páginas policiais. Mas, infelizmente, com dor no coração, é onde o Clube tem que estar, por que como podemos permitir que essas coisas aconteçam? Queria perguntar a cada um de vocês: se fosse dono de uma empresa, tivesse notícias de diversas ações que a empresa tem de pagar por equívocos de um funcionário, tudo bem, não tem problema, vamos pagar, não tem problema a gente pagar pelos erros cometidos. Então, Sr. Presidente, eu tenho conhecimento, o senhor me corrija, se estiver errada, que o senhor no dia seguinte pediu, desse requerimento, explicações para a Diretoria. Então, meu pedido é que tão logo o prazo se esgote, parece que são 30 dias esta semana, tão logo tenhamos essa resposta que tenhamos conhecimento. Eu sei que tem nome de menores, parece que pode ser tirado o nome dos menores ou de ações na justiça criminal, obviamente não é para colocar nome de ninguém, nem ficar assim. Mas é uma urgência desses dados, que aconteçam, para a gente conseguir tentar sanar, entender o que aconteceu, se foi, que não parece um fato isolado, quem pode estar compactuando com isso. Se tiveram essas coisas, como que nós deixamos passar. Temos que averiguar, porque muita gente fala: Não, já ouvi, né, mas ele foi dispensado. Tudo bem, já resolveu o problema. Como assim, resolveu o problema? Não resolveu, a dispensa não resolve o problema de base que nós temos, porque vão surgir outros, vão surgir outros. Já se tem notícia, na mídia já começa, nas redes sociais: Ah, os funcionários do Clube sofrem assédios morais de outros funcionários. E aí, pronto, vira uma bola de neve, um atrás do outro. Então, acho que urge as respostas, todos seguirmos no mesmo caminho para sanar essas condições. Muito obrigada. (Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria).

**Presidente** – Apenas para esclarecer V.Sa., tão logo a Presidência do Conselho receba esses esclarecimentos disponibilizará aos Conselheiros e às Conselheiras todo o material apresentado pelo Conselheiro Minioli.

**Luciane de Camargo Mello** – Ok, muito obrigada.

**Carlos Alexandre Brazolin** – Presidente, o senhor me desculpa, mas estou aqui como convidado, conforme outra pessoa falou e acho que como convidado não posso ter desrespeito desse senhor aqui na porta, que está fazendo diversas e diversas coisas, um senhor que já perdeu na justiça, que atacou o Esporte Clube Pinheiros. Ou tenhamos uma questão de ordem aqui, termos segurança de estar aqui com um Conselho, a Conselheira falando com toda razão dela, o outro Conselheiro, isso não tem problema nenhum. Mas a falta de respeito com a Presidência do Esporte Clube Pinheiros, que representa o Pinheiros é uma coisa que não dá para continuar. Então, eu gostaria muito de ficar aqui, mas dessa maneira eu não ficaria em nenhum lugar do mundo. Eu nunca tratei ninguém com essa falta de respeito. Eu acho que meu pai e as pessoas ensinaram que não deva acontecer isso. Se nós temos associados que estão fazendo isso não podemos continuar permitindo. Então, eu vou pedir para o senhor a permissão para sair, porque acho que a minha pessoa não merece esse tipo de tratamento.

**Presidente** – Ninguém merece. Associado Mário, eu pediria, por favor, para o senhor...

- **Manifestação do associado Mário: Só estou aguardando aqui.**

**Presidente** – Então, por favor, o senhor se dirija aqui. Por favor, vamos respeitar a todos, manter o clima aqui de urbanidade, respeito, eu acho que é bom para todos. Por favor, associado.

**Antonio Moreno Neto (fora do microfone** – Presidente, pede para retirar esse senhor.

**Presidente** – Por favor, associado Mário, poderia se sentar. E vamos manter o respeito, por favor, associado Mário, vamos manter o respeito. (Pausa) O senhor não pode se pronunciar, por favor. Por favor, o senhor não pode se pronunciar. Muito obrigado.

**Aloísio Bueno Buoro** – ... Vou direto ao ponto aqui. Estou aqui por razão, que o Fiore já comentou em relação ao Fitness. Eu fiz um pronunciamento há cinco reuniões sobre a dificuldade que havia no Fitness, de a gente entender como é que funcionava a manutenção do Fitness, assim por diante. Foi feito um grupo. A gente fez uma reunião com a Diretoria, com os funcionários sobre o Fitness e ali ficou claro para a gente a dificuldade que existe sobre a manutenção. O que venho pedir agora, primeiro, estou respondendo a todos vocês, ou seja, tem uma obrigação como Conselheiro de dizer que vocês receberam um pedaço da comunicação. Ou seja, houve uma evolução daquilo que solicitei aqui, de vários outros colegas que também solicitaram informações a respeito do Fitness. A seção está sobrecarregada do ponto de vista de vários associados e a solicitação sobre entender como é que funciona a manutenção ainda permanece. Ou seja, a despeito de a gente entender como é que funciona, permanece a dificuldade concreta de a gente executar a manutenção correta e adequada pelo volume de associados que têm ali. Além disso, eu solicitei ali na hora na reunião e estou solicitando agora para a Diretoria como um todo, a informação sobre fluxo do uso. A gente consegue ali medir a entrada e a saída pelo processo da mão. Essa informação, pelo que eu entendi daquilo que foi em reunião, uma informação que a gente consome um pouco dessa informação no relatório. Ela diz, por exemplo, que 70% dos usuários do Fitness entram pelo 4º andar. É esse o nível de informação que a gente consome. A gente não sabe quanto tempo em média os associados ficam. A gente pode saber isso, essa informação é relevante para tomar qualquer critério de decisão que a gente vá tomar ali para melhorar a qualidade do uso de todo mundo. Além do mais, que outras formas de gestão de contrato, têm vários outros colegas que ainda vão falar sobre o Fitness e tudo mais, então, não vou me prolongar aqui, mas têm várias outras informações no contrato que são tremendamente relevantes. Então, a gente precisa ter uma gestão de contrato e essa é a outra informação que eu

peço, como é que se dá esta gestão dos contratos. Eu quero saber nesse específico, como é a gestão propriamente dita: Quais são as pessoas responsáveis. Como é que a gente liga. Como é que a gente não liga. Como todas essas informações se dão a respeito da utilização do Fitness. Então, são essas duas informações: Todas as informações do fluxo, sei que há certa inflexibilidade, que foi falado, há certa inflexibilidade do relatório, então, quanto mais flexível o relatório tanto melhor a qualidade das informações que a gente tem e, portanto, melhor as decisões que a gente toma a respeito dos usos que podem ser feitos ali. E a outra informação: Como é que a gente gerencia esses contratos de manutenção. Corroboro com o que o Fiore havia falado aqui sobre uso de equipamentos. Eu vou somente me estender um pouquinho ali em relação àquilo que ele falou. Na medida em que ele está falando que os usuários do Fitness não sabem exatamente como é que usa e o seu uso pode danificar, estragar alguma parte dos aparelhos, que se estenda esse treinamento para todos os outros aparelhos. Ou seja, para cada aparelho ou para cada conjunto de aparelhos têm que ter certa instrução, que se não for dada pelos profissionais que ali estão contratados para isso, que seja de outra forma. Mas não dá para não ter mais essa instrução que está ali, ok. Muito obrigado. (Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria).

**Presidente** - Conselheira Alessandra Bonilha. (Pausa) Antes, porém, há um associado trajando bermuda. Há uma resolução do Conselho que proíbe a permanência com bermuda. Eu pediria ao associado, por favor, se retirar.

**- Manifestação do associado Mário.**

**Presidente** – Mas quem preside este Conselho sou eu e o senhor deve respeitar as normas do Conselho. (Pausa) O senhor está trajado, quem não está é o outro associado. Conselheira Alessandra Bonilha, por favor, desculpe-me pela interrupção.

**Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha** – ... O que me traz aqui hoje não é nada agradável. Eu venho falar depois da minha colega Luciane, também sobre o fato que ela reportou aqui, da questão que estampou as mídias sociais. Eu também fui interpelada por muitos associados e fui interpelada também por pessoas que nem sócias do Clube são. Então, essa questão me deixou constrangida, eu não sabia realmente, eu não tinha palavras para falar, eu não tinha explicação e me senti mal. Eu falava assim: Como, gente! Eu não sabia de nada. Aí falavam assim: Mas, como, o Conselho não sabe de nada? Pensei muito para chegar aqui e falar: O que eu faço agora, o que eu vou dizer para este Conselho, o que eu vou falar. Muito bem, e aí, todos sabem que presido uma Comissão, que ainda vai chegar ao seu tempo, mas o que queria, eu fui olhar os fatos e, assim, eu tenho um princípio. Todos sabem que sou advogada e a gente não pode julgar sem o devido processo legal – Está aqui a doutora, que a estou vendo ali em cima, minha querida amiga Ana Lucia – e a gente tem que ter esse respeito, a gente não julga e eu não vi processo nenhum, não tive acesso a nenhuma documentação, então, eu não posso ser leviana de falar nada sem ter acesso a um documento. Não posso, não posso julgar, até porque sou uma mediadora e passei a minha vida inteira, desde que me tornei uma mediadora, a não julgar e sim compreender os fatos, a ter uma pequena compreensão, a dar um passo para trás. Então, estou aqui tentando fazer o que, o que este Conselho quer, o que a gente quer diante dos fatos? Como a gente quer olhar daqui para frente? Porque na mediação a gente faz isso, a gente tem fatos, a gente tem questões graves, gravíssimas e como eu vou querer olhar daqui para frente. Porém, não compete a mim fazer o poder de investigação, não é esse o meu papel. Eu quero que a investigação seja feita pelas pessoas competentes. O que eu levantei aqui – Você pode falar um pouquinho mais baixo, por favor.

**Presidente** – Associado Mário, o senhor está interrompendo, por favor.

**Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha** – É só falar um pouquinho mais baixo.

**Presidente** – Vamos respeitar. Segurança, por favor.

**Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha** – Vendo o papel, o que eu pude notar. Pelas mídias eu verifiquei que havia, o que eu olhei lá, lendo a revista Piauí. Muito bem, tinham os fatos. Eu verifiquei que tinha um processo de investigação, tinha uma recomendação do Compliance para que ele fosse demitido, isso ficou, está lá estampado, tudo que estou falando aqui é o que está reproduzido. E que a gente tem um gap de lá até ele ser despedido efetivamente. Nesse período, a gente tem uma lacuna, a gente percebe que existe uma lacuna muito grande e é isso que fica a dúvida, é essa dúvida que a gente tem do que aconteceu nesse período. Então, o que têm em nossos ordenamentos, essa é minha dúvida e minha pergunta: Existe em nossos ordenamentos algo que preveja ou o que podemos fazer em nossos ordenamentos para que possa suprir essa lacuna para que nada mais aconteça desse jeito? Então, fica aqui minha pergunta, se a gente pode melhorar nossos ordenamentos jurídicos, porque pelo que percebo não tem nada, que nós temos esse gap. O Compliance funciona, chegando aqui, para, nós não temos nenhuma resposta. Então, como é que vamos trabalhar aqui juntos para melhorar essa situação? Como é que a gente vai fazer isso? Então, aqui fica a minha pergunta. Muito bem, aí fui pesquisar como é que está a questão do Compliance e aí eu notei que, não sei se vocês, eu procurei e descobri que no Brasil o assédio moral, abuso de poder e agressão física nós temos 41,64%, essa é uma pesquisa feita pelas organizações. E tudo isso vem do nosso canal de denúncias. Eu posso disponibilizar a vocês essa pesquisa. A pesquisa foi disponibilizada na LEC, que é o maior portal de Compliance, também,...

**Antonio Moreno Neto (fora do microfone** – Está errado.

**Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha** – Não está errado, não, eu posso colocar isso para você. Não está errado, não. Eu tenho o ouvido bom. E outros desvios de conduta, reclamações e assuntos do RH são 34%. Então, vejam, eu peguei justamente esses dados estatísticos para trazer essas informações para ver que o Clube Pinheiros não é o único a ter esses problemas de assédio, isso acontece em todas as organizações. E mais, a gente tem uma lei, a Lei 14.457/2022, que, além de visar a inserção da mulher no trabalho, ela prevê medidas de combate ao assédio sexual no ambiente de trabalho. Então, a gente tem uma lei regulando isso, que tem que ter treinamentos. Então, faço uma pergunta: Nós estamos ministrando treinamentos, isso é uma pergunta que estou fazendo: Nós estamos ministrando treinamentos, programas de treinamento sobre assédio sexual aqui? Porque isso faz parte e é obrigatório, tem lei para isso. Eu acredito que sim, mas se não tiver é bom que a gente... Estou perguntando, mas seria bom, mas é uma pergunta, faz parte dos treinamentos, seria bom. Mas fica aqui minha pergunta, se a gente tem aplicado esse treinamento?

**Presidente** – Conselheira, seu tempo terminou, está concluindo?

**Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha** – Estou concluindo. E uma última coisa que eu sempre pergunto, dos relatórios jurídicos. Em relação aos relatórios jurídicos, que eles venham mais detalhados para os Conselheiros, principalmente os terceirizados. Seria muito bom que a gente soubesse bem definido esses relatórios: trabalhista, tributário, as informações bem mais detalhadas para o Conselheiro, por que do provisionamento? Como ele tem vindo? Porque assim a gente tem mais informação e a gente sabe para onde nosso dinheiro está sendo provisionado, porque está

sendo pago e como está sendo pago. Enfim, essas são minhas considerações, as minhas perguntas, espero que a gente consiga finalmente trazer para esses ordenamentos, fazer com que esses gaps gente tem, essas lacunas, a gente consiga cobrir, porque não adianta trazer um CEO para cá, remunerar um monte de gente se não conseguir cumprir esses problemas estruturais que a gente tem, que para mim estão nas legislações. É isso. ... Obrigada. (Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria).

#### **Item 5 - Várias.**

##### **Pronunciamentos:**

**Alexandre Fiore Weyand** – ... Na verdade falei tudo na Voz do Conselheiro, só queria complementar algo tanto da parte do Fitness que falei quanto o negócio do chefe de segurança. Sobre o Fitness eu acho que realmente precisa ter um treinamento para os pessoais, para quem administra, pelo uso dos equipamentos, realmente muita gente não deve saber ou é ignorante ou é chucro. Mas isso é muito ruim, porque, por exemplo, a gente aprovou as compras das escadas já faz um bom tempo e elas não chegaram. Então, acho que isso talvez diminuiria um pouco os problemas com os equipamentos. A outra coisa que ia falar – Sinto que o Presidente não esteja mais presente no Plenário, o Vice-Presidente está aqui, obrigado por ainda estar aqui na sessão – ia falar, já comentei isso com o Presidente da Diretoria sobre a questão de uma Diretoria de Comunicação. Infelizmente ele extinguiu essa Diretoria e acho muito sério. Muito sério tanto pela comunicação institucional quanto comunicação para a imprensa. Nós novamente vimos uma patacoada nessa situação de responder tanto ao corpo associativo quanto à imprensa, para as pessoas de fora. Faz parecer que somos trouxas, desculpa usar o palavreado, mas é assim que me senti, assim como a minha colega Conselheira se sentiu envergonhada, eu me senti feito de trouxa com toda essa situação. É ano olímpico, entendeu, então, não é nem uma questão de comunicar aos nossos associados que acontece aqui dentro, a gente ficou aqui um tempão discutindo sobre o Plano Diretor, o futuro, nossas crianças e tal, tudo mais. Então, tem que olhar isso com muita delicadeza, um efeito cascata, esse tipo de coisa que acontece só é ruim e se não sabe fazer manuseio correto da palavra só fica pior, entendeu. Então, eu acho que, assim, no Governo Bolsonaro ele extinguiu o Ministério de Esportes e o Ministério da Cultura e os transformou em secretarias. Transferindo um pouco para nossa realidade, se o Presidente não quer uma Diretoria de Comunicação, que pelo menos faça uma assessoria, acho que é mínimo que a gente pode pedir. Era isso. Obrigada. Boa noite a todos.

**Paulo Roberto Antunes** – ... Dando continuidade no assunto que o nosso amigo Buba teve a coragem de denunciar, na realidade esse assunto, nós participamos na Comissão de Esportes, há muito tempo vem sendo dito lá. Eu mesmo disse aqui nesta tribuna senão me engano em outubro a respeito desse problema. Então, um problema que já poderia ter sido corrigido há muito tempo e se deixou para corrigir via imprensa, na realidade aquele Facebook Pais Pinheirenses. Então, o que parece é que tem, a Diretoria ou quem é que tenha de corrigir, espera a coisa pior para poder tomar uma atitude. O Buba está ali, já faz um ano e pouco, o conheço há 20, e ele sempre falou desse problema. Então, realmente é muito triste, é o nosso patrimônio sendo jogado fora, independentemente da notícia triste, também é o nosso patrimônio que vai se desvalorizando, que vão falando mal, enfim, é o Pinheiros na mídia. Se a gente também, seguindo nesse assunto, tem uma Representação que eu fiz, nº 60, no dia 04/2024. Vinte dias e ninguém sabe onde está. Até comuniquei agora no Conselho, perguntando onde está essa representação, o tema é justamente esse, eu fiz uma representação com esse tema. Então, aproveitando esses dois itens que tinha para falar. No campo B, tudo indica que ele

ficou, realmente para quem está jogando, ficou muito bacana, ficou muito bonito, o questionamento nunca foi se a grama é boa, se não é boa, mas como foi feito isso. Eu cansei de pedir informação, cansei de pedir como Conselheiro e como Membro da Comissão de Esportes. Não chega informação. Nós gastamos R\$1.100.000,00 a mais e as informações que estou pedindo não vêm. Então, tem lá um ofício meu na Comissão de Esportes e ofícios meus como Conselheiro. Assuntos um pouco mais leves, antes de entrar nos piores. Do mesmo jeito que estamos aqui com essa situação do ex-chefe de segurança nós temos alguns casos que estão parados no Conselho, que a gente não consegue fazer andar, que são: GA, Hamburguer Gate, que todas essas coisas ficam paradas, esperando o quê? Não sei. Aí vai para a mídia... mas o Beto é um saco, desculpa a palavra. Mas nós estamos pedindo para resolver isso aqui, a gente precisa conversar isso aqui. Se tem algum erro, ninguém precisa matar ninguém, mas precisa corrigir. Se a gente não corrigir não vai andar, Dr. Guilherme, realmente não vai andar. Eu ia falar no assunto Voz do Conselheiro, que algumas pessoas me perguntaram em função da reunião passada, dois assuntos. Um eu já falei. Foram assuntos que levantei sobre os gastos nas festas, perguntando, fiz um comparativo sobre a quantidade de associados que participam e não tive. Também encaminhei um ofício e estou aguardando a resposta. E do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal para mim, a próxima reunião senão me engano é prestação de contas, né, e nós vamos fazer a prestação de contas com um Conselho Fiscal que está errado. Eu mandei um ofício ao senhor, falando a respeito do Conselho Fiscal e do acordo que houve. A gente sabe, acho que todo mundo aqui já sabe sobre o acordo que houve. Acho que o Conselheiro fez muito bem, mas acho que a gestão fez errado, ela não poderia fazer um acordo deixando o Clube descoberto. O Clube ficou descoberto, porque o Conselho Fiscal está errado, isso é fato. E se a gente não corrigir, vai continuar errado. Aí sabe o que vai acontecer, aí alguém vai denunciar, a gente vai perder verba pública e nós vamos perder verba do Sindi Clube, aí é culpa de quem denunciou. O errado não pode virar certo. Errado é errado, certo é certo. Então, assim, acordo do Conselho Fiscal – Até me desentendi com o Arnaldo ali fora – poderia fazer, não tem problema nenhum. Eu participei do julgamento dele – Dr. Opice estava aqui, não está mais – Eu participei do julgamento dele. Ficamos vários e vários dias, várias e várias sessões ficamos até tarde para julgar e foi feito um acordo. O que precisava fazer? Tudo bem, libera o cara? Libera o cara, mas faz uma nova eleição: PTN não lance chapa, vamos ganhar esta de forma correta e acabou, está todo mundo contente. Ninguém quer briga, ninguém quer nada, mas a gente tem que fazer o certo. Certo é certo, errado é errado. Então, essa é a posição a respeito do Conselho Fiscal. Alguns assuntos também somem. Então, vamos lá, o sobe e desce. Sobe e desce a Lu – A Lu está ali – Perdeu aqui, ela entrou com recurso. Foi criada uma Comissão Especial, senão me engano a Comissão Especial tinha até o dia 27 de dezembro para apresentar o parecer dela. Hoje é 25 de março, cadê o sobe e desce e o recurso? Não tem, sumiu e a gente está todo mundo aqui olhando um para o outro e vai fazer o que agora? Nada. A gente só vai falar. Sabe o que vai acontecer? Nada, vai continuar assim, porque a gente vem aqui uma vez por mês e não consegue fazer muita coisa. Não recebemos a resposta. Outro assunto que sumiu. Que sumiu, não, mais ou menos, né. O mandato de quatro anos, que acho que foi o Serine que tinha feito. Entrou com recurso. Aí ele fez, os nomes jurídicos lá, contrarrazões, não sei o que, mas já faz dois, três meses. Enquanto alguns assuntos entram na pauta, tem um recurso, já volta para cá. Julgou e já resolveu tudo. O que parece é que, assim: Ah, esse não interessa, deixa no cantinho. Não pode, a gente precisa fazer a coisa andar, independentemente do que seja. E por último é o caso do panettone, que me falaram...

**- Risos no plenário.**

**Paulo Roberto Antunes** – Brincadeira discutir panettone, né – que a gente comprou 7.500 panettones e, isso veio na DI-42/2024, nós compramos 7.500 panettones a R\$16,80. Gastamos aí

R\$120.000,00 e poucos. Beleza, legal, marca boa, Casa Suíça. E aí o cara que comprou aqui no Clube, pegou o nosso dinheiro e comprou 7.500 panettones. Os panettones chegaram. Aí o Clube que pagou R\$16,80, queria vender para a gente por R\$35,00. Quer dizer, a gente pagou R\$16 e aí a gente paga mais R\$35. Barato o panettone. Na Casa Luiza...

**- Manifestação de Conselheiros no plenário: Santa Luzia.**

**Paulo Roberto Antunes** – Eu nem sei o nome porque não vou lá – este mesmo panettone da Casa Suíça custava R\$29, num supermercadinho. Agora, lá no Sonda era R\$22 e queriam vender para a gente a R\$35. Claro, o que aconteceu? Sobram 3.755, têm 3.755. Aí uma sócia chegou para mim e falou assim: Você sabe que está vendendo a R\$ 10,00? Falei: O quê? O panettone Casa Suíça está vendendo a R\$ 10,00. Falei: Não acredito – O panettone está lá em cima, se quiser eu pego – Fui aqui na lanchonete do Tênis e paguei R\$ 10,00 no panettone. Alguém sabia?

**- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.**

**Paulo Roberto Antunes** – A R\$10,00 a gente come esses 3.700 em uma semana e diminui o prejuízo do Clube. Não, mas têm 3.755 panettones escondidos em algum lugar: R\$ 120.000,00. Dê R\$ 120.000,00 ao Paradedá lá no Tênis, ele faz um baita evento. Então, assim, Dr. Guilherme, a gente precisa realmente fazer o Conselho andar, as coisas voltarem para a gente fazer, para a gente ter alguma coisa para fazer, porque vim aqui para nada não dá certo, está bom. Boa noite. Obrigado.

**Alberto Sansiviero Junior** – ... Na realidade eu vim aqui fazer até coro, pretendia me manifestar na Voz do Conselheiro e falar sobre esse tema que aflige dezenas de associados que me procuraram para falar sobre isso. O Fiore já falou muito bem aqui, a Luciane, Alessandra, é um fato que assustou a todos, a mim inclusive. Como é que a gente tem uma situação como essa que se reproduz recorrentemente no Clube ao longo do tempo e não tivemos uma ação da gestão. Acho que nós precisamos pensar como é que melhoramos os nossos padrões de procedimento, de informação. Eu imagino que a maioria das pessoas envolvida com a gestão do Clube, se tivesse ciência desse fato teria agido de modo preventivo, a gente não precisaria ter chegado a essa situação. E o que me perguntaram, inclusive os sócios que me mandaram a matéria quando foi publicada: O que é que o Conselho vai fazer sobre isso? E na ação, quer dizer, se nós não agirmos aqui, se não fizermos algo nós estaremos corroborando o fato. Conivência, nós estamos achando que isso é correto, é legítimo? Como é que nós vamos tratar essa situação? Se nós não tratarmos administrativamente, internamente, nós estamos convidando os sócios, todos eles a levarem qualquer situação para fora do nosso ambiente, levar para discussão na justiça, é procurar proteção em outras esferas, o que acho incorreto. Acho que nós devemos ser capazes, com a estrutura como nós temos aqui, de tratar esses temas internamente. Aparentemente esse tema, já foi falado aqui, passou pelo Compliance, tem uma recomendação, nós não sabemos exatamente o que é que aconteceu, mas ação não foi tomada. Imagino que tenha explicações, acho que nós precisamos ter transparência. O Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros e a gestão são complementares, nós sabemos. A responsabilização está na gestão, mas nós somos corresponsáveis, nós corroboramos a gestão do Clube, nós precisamos ter informação, transparência, ação em todos os temas. Faço coro aqui ao que o Beto falou, vários temas, nós precisamos agir e precisamos ter alguma esfera onde a gente consiga resolver essas questões. É muito difícil como Conselheiro ouvir vários associados e associadas questionando sobre o fato e a gente não ter o que dizer e não ter para onde levar essa discussão internamente. Estou aqui compartilhando com vocês a minha angústia com esse fato. Agradeço a todos. Boa noite.

**Sérgio Henrique de Sá – ...** A gente está há dois meses da renovação de um terço da Casa, a gente teve dois anos e continua falando a mesma coisa que a gente falou em 2020, mesma coisa: é o problema que não anda a pauta, é o problema que a Diretoria faz isso ou aquilo, que a gente não tem comunicação, que o sócio não sabe nada, que o sócio é exposto e a gente é exposto. Tem que mudar isso. A Voz do Conselheiro infelizmente, criada por um cara que tenho uma admiração muito grande, Presidente do Conselho que comandou essa votação, acho que foi isso, Alberto Fasanaro. A gente criou esse mecanismo e esse mecanismo não funciona, senhoras e senhores. Não tem tempo, não tem proposta. Adoro, a minha caríssima Bonilha que esteve aqui, mas ela se estendeu e tinha que ter pedido coisas específicas, sabe por que, Lu? Porque depois chega à Diretoria e não se responde, você não pediu especificamente alguma coisa. A gente tem que melhorar também os nossos pedidos. Mas, acima de tudo, A Voz do Conselheiro tem que haver a contrapartida. Eu tenho a responsabilidade de representar X sócios, centenas e a Diretoria tem responsabilidade de responder aquilo que eu pergunto no prazo, senão vira uma letra absolutamente morta, é isso que eu quero que todo mundo entenda. A gente precisa ter, o que já falou o Toni Moreno, ex-Presidente da Diretoria, Conselheiro Efetivo aqui da Casa, a gente precisa ter diálogo. Então, esse diálogo tem que acontecer. Eu não quero a cizânia total, não é isso, mas a gente precisa criar o canal. Várias vezes em outras Diretorias, a gente vai como Conselheiro e é respeitado, o que aconteceu com a Diretora, que hoje fez uma brilhante apresentação não é com relação ao Fitness, o Paulo Izar está batendo nessa tecla há milênios. A gente ficou 2 horas e meia do meu tempo e do tempo do Aloísio e dos demais Conselheiros, Serine, a Bia, a gente não viu nada, nenhuma posição. O Gregory é um funcionário exemplar, que fique bem claro aqui, mas só que não veio nada do que pode acontecer, uma perspectiva de melhora. A Diretoria Adjunta infelizmente não responde e os pedidos, os levantamentos não acontecem, gente, não vem nada para se executar. Aqui não é crítica, aqui é fato que a gente está colocando. Eu não quero criar, mais uma vez, a questão da cizânia, mas a gente precisa ter resultado, a gestão precisa apresentar, assim como o Alberto Sansiviero, ele estuda a matéria para vir discutir e apresentar ao associado. Essa questão que aconteceu aqui, lamentável, um cara que eu admiro muito, que é o Brazolin, que estourou a bomba na mão dele. Passou por quatro Presidências, então, não vamos indicar o dedo, a gente tem que ter responsabilidade também, mas, acima de qualquer coisa, a gente tem que ter apuração. E o que falou, tem que mostrar ao sócio. O sócio está achando que tem pedófilo. E parece que tem pedófilo. Já foi embora, mas o que a gente fez durante os anos que ele estava aqui, pagando indenização para um cara desse naipe? Muitos colaboradores, a esmagadora maioria não é isso, o Pinheiros não é isso, a gente sabe que não é isso. A gente convive aqui com as nossas famílias, mas a gente precisa ter uma área de gerenciamento de risco e uma área de comunicação que funcione, que seja profissional, pelo amor de Deus. Submeter o atual Presidente a um constrangimento desses, porque vai cair nas costas obviamente de quem está no exercício do poder. A gente precisa mudar, a gente precisa evoluir. E o Conselho, concluindo já minha fala, eu tinha vários outros assuntos, mas o principal é o seguinte, dois meses, eu vou rogar ao Guilherme o seguinte: Guilherme, a Presidência do Conselho será renovada – Parece que você será candidato junto com o Ricardo – mas, independentemente de qualquer coisa, a gente precisa debater esse tipo de evolução da gente aqui, a gente não pode ser uma Casa de letra morta: virem propostas e não acontecer nada, ou seja, ficar engavetado, como falou o Beto, a gente precisa evoluir. Estamos em 2024, estamos falando de inteligência artificial, a gente está na idade da pedra com relação a conduzir o maior Clube poliesportivo da América Latina, galera, pelo amor de Deus, a gente está atrasado, está no século passado. A gente precisa melhorar porque sabe que têm gestores competentes, funcionários que dão o sangue aqui para conseguir evoluir a nossa segunda casa. Então, a gente precisa pensar nisso. Por isso, Guilherme, eu acho que seria, o Cardia chegou a comentar a questão de a gente tentar fazer um debate, a gente poder elucidar alguma coisa, abrir



para o sócio, mostrar que a gente tem gente de alto nível que quer sentar em sua cadeira. Você tentou, mas, infelizmente durante esses dois anos eu gostaria de ter tido um canal. A gente não conseguiu por N razões evoluir as coisas, as propostas, que muitos de meus colegas que estão aqui tentaram. Não anda, o negócio não evolui. Então, eu peço um pouco de celeridade das duas partes, da atual Diretoria e dos meus Pares Conselheiros que está aqui até agora, porque tem gente que ainda acredita que pode transformar e fazer alguma coisa, está certo. Para terminar, a gente precisa melhorar somente mais uma coisa. Gente, sábado o bar da Piscina funcionar até às 6h da tarde, com 40 graus de sensação térmica, vocês estão de brincadeira. Muda isso, pelo amor de Deus. A Diretoria de Bares e Restaurantes tem que tomar uma atitude drástica. Se vai pagar R\$1 milhão de hora extra – la falar a expressão, não vou falar – mas não estou preocupado. A gente precisa, a pandemia acabou faz dois anos, a gente tem a lanchonete do Boliche, para tomar água tem que ser do bebedouro porque o jogo vai até às 11h, mas o bar fecha a cozinha às 9h30. E assim acontece. Agora, sabe o que acontece? O Bilhar fica aberto até às 11h. Com todo respeito, tinha uma pessoa no sábado e a Piscina tinha centenas, tudo fechado. Então, pelo amor de Deus, a gestão de Bares e Restaurantes é nossa, com exceção do Fresto, que aí a gente vai falar sobre isso numa outra oportunidade, para revisar esse contrato, que é o pior ponto de serviço. A comida é até razoável, mas teria de melhorar isso também. Então, Fresto e os nossos bares a gente precisa mudar os horários. Se vai pagar hora extra – O Brazolin não está aqui, é uma pena, mas o Ney está aqui – Ney, mudar, cara, pelo amor de Deus, a gente tentar acertar, equacionar como a gente vivia antes da pandemia. O Boliche funcionar até às 11h30. Eu soube do Futebol, essa é a pérola para terminar meu discurso. O Futebol, a galera joga bola – E respeito toda a galera do Futebol – até às 11h da noite. O cara tem que ter um destacado, que é o motorista da vez, ele compra um monte de cerveja, um engradado, segura para todo mundo tomar, porque o bar está fechado. Gente, pelo amor de Deus, a gente não é o “mé”, com todo respeito, a gente é o Pinheiros. Então, a gente tem que mudar, se vai pagar hora extra, faz contingenciamento, não estou preocupado, a gente precisa voltar à realidade, ao normal. Muito obrigado. Boa noite.

**Rodolfo José Sanchez Serine (aparte)** – O senhor citou durante sua fala que em função desse fato lamentável que ocorreu, envolvendo essa questão do chefe de segurança, o Clube acabou sendo obrigado a assumir várias indenizações em processos judiciais.

**Sérgio Henrique de Sá** – Várias indenizações. Na verdade, para quem não entende nada da terminologia jurídica, não sou advogado, há 15 anos milito, tenho uma agência de comunicação, mas a gente pode falar juntos. O assédio moral é condenado na Justiça do Trabalho. Ele foi condenado porque as provas apresentadas pela ex-funcionária do Clube, o juiz imputou uma pena ao empregador, que no caso é o Clube, de R\$7, R\$ 10.000,00 em vários processos. Somado, deu R\$70 mil, é isso, Serine?

**- Manifestação de Conselheira no plenário: R\$74 mil.**

**Sérgio Henrique de Sá** – R\$74 mil.

**Rodolfo José Sanchez Serine** – A informação oficial é de que não tem acesso, mas, informalmente, que atualizado a valor presente daria algo em torno de R\$ 100.000,00. O aparte que queria colocar é o seguinte: Não caberia ao Clube eventualmente em função dessas condenações uma ação de regresso contra o funcionário que deu causa à indenização pelos seus próprios atos?

**Sérgio Henrique de Sá** – Até na questão da indenização poderia até tentar bloquear, fazer um desconto.

- **Manifestação de Conselheira no plenário: Não.**

**Sérgio Henrique de Sá** – Não, porque é verba alimentar. É um pouco complicado, mas a possibilidade sempre existe de tentar o ressarcimento. Eu acho que o único equívoco, essa é uma opinião, é rápida, se ele fosse suspenso e depois sim apurado, mostrado toda a apuração e aí condenado, demitido por justa causa talvez fosse o procedimento correto. Mas tinha que se livrar desse funcionário absolutamente nocivo, acabou demitindo. Não sei nem se foi por justa... Mas isso não interessa, a questão é a seguinte, o teu raciocínio, respondendo ao seu aparte, é possível sim. Se for dando êxito já é outra história, em virtude da questão da natureza da verba trabalhista, que é uma alimentar, só isso.

**Rodolfo José Sanchez Serine** – Obrigado, Conselheiro.

**Alexandre Fiore Weyand (aparte)** – ... Uma errata só num comentário que você falou do processo do chefe de segurança. Lemos o tal do dossiê, são cinco Presidentes, incluindo o atual.

**Sérgio Henrique de Sá** – Cinco, não quatro, é isso?

**Alexandre Fiore Weyand** – É. Então, de 2010 até agora, somente para constar em ata.

**Sérgio Henrique de Sá** – Então, corrijo.

**Alexandre Fiore Weyand** – A segunda coisa. Sobre a Voz do Conselheiro que você falou, eu não estava na Casa quando foi criada, mas quando cheguei a Casa era no começo da reunião.

**Sérgio Henrique de Sá** – Teve ordenações, mas o próprio dispositivo, Fiore –quero que você leia e a gente conversa depois, fora da reunião – veja que não existe a implicação da resposta. Se não cumprir, a Diretoria não tem nenhum tipo de implicação, é isso.

**Alexandre Fiore Weyand** – Isso eu concordo, meu aparte é: Você não acha que ela estando no final é prejudicial, porque, assim, quando era no começo esta Casa estava cheia, porque era no começo da reunião.

**Sérgio Henrique de Sá** – Dá repercussão, enfim, tem todo o efeito.

**Alexandre Fiore Weyand** – Segundo, aí não é uma crítica ao Sr. Presidente nem aos ordenamentos da Mesa, mas têm reuniões que estamos em outros temas que a gente passa o horário e ninguém quer discutir isso. Aí quando chega uma reunião oportuna vem uma avalanche de coisas. Era só isso. Obrigado.

**Luciane de Camargo Mello (aparte)** – Sérgio, só para esclarecer a pergunta que você não respondeu: Não cabe ressarcimento contra o empregado. O Clube responde, ele é o empregador, você não vai lá: Empregado, você fez aquilo. Não, o Clube que arca com todos os atos dele, você não tem como ir atrás e pedir um ressarcimento dos atos que ele fez.

**Sérgio Henrique de Sá** – Lu, possibilidade de ação pode haver, agora, se ela será improcedente.

**Luciane de Camargo Mello** – Então, mas nós estamos falando do direito, que você falou, possibilidade até de você falar.

**Sérgio Henrique de Sá** – Fala que quero comprar a Lua.

**Luciane de Camargo Mello** – Mas empregado e empregador você não ressarce, ele é um preposto do empregador, então, é o Clube que responde pelos atos do empregado.

**Sérgio Henrique de Sá** – A responsabilidade objetiva é do Clube e um abraço.

**Luciane de Camargo Mello** – Um abraço, não existe. Não é crime, não está se falando de outras questões.

**Sérgio Henrique de Sá** – Não é opinião da rua, a Lu trabalha no Tribunal Regional do Trabalho, então, fala com propriedade.

**Luciane de Camargo Mello** – Então, quem responde é o Clube pelo seu preposto, não há ressarcimento contra isso.

**Sérgio Henrique de Sá** – Agradeço pelo seu esclarecimento, Lu, afinal de contas está lá há muitos anos já. Obrigado. Boa noite a todos, até a próxima. Valeu!

**Presidente** – Obrigado, Conselheiro Sérgio. Gostaria de solicitar uma autorização do Plenário para prorrogarmos, falta um minuto para meia noite. Existem dois ilustres Conselheiros ainda inscritos em Várias, seria possível darmos uma prorrogação de 10 minutos, que aí cinco minutos seriam suficientes, Conselheira?

...

**Ana Lucia Freitas Schmitt Correa** – Dois segundos eu falo. Obrigada pela consideração. Boa noite. Depois dos Conselheiros que vieram aqui e me antecederam nem tenho muito que falar, porque vinha na mesma esteira deles: A nossa Casa está esvaziada, a gente não decide nada, a gente não delibera nada. Eu vim aqui falar de um assunto, que em setembro eu vim aqui na Voz do Conselheiro perguntar sobre os ROs, que obrigatoriamente têm de ser enviados ao Conselho e os arquivamentos de ROs, que também têm de vir ao Conselho e até hoje não recebi nenhuma resposta. Senão me engano foi em setembro que eu fiz essa manifestação aqui e não me veio nenhuma resposta. Não sei, não recebi nenhum RO, não recebi nenhuma informação: Ah, não vai por causa disso ou por causa daquilo, enfim, estamos sem resposta em mais um assunto. Outro assunto que diz respeito até ao Conselho Fiscal é de um recurso que eu entrei e falei aqui no Plenário que estava recorrendo contra decisão da Presidência do Conselho. Refiz esse recurso de forma escrita. Outros Conselheiros aderiram a esse recurso, assinaram junto comigo e fui a única que recebi a intimação do não recebimento desse recurso. E nessa intimação que eu recebi no dia 06 de fevereiro estava assim, solicitando que eu comunicasse aos demais Conselheiros que assinaram recurso comigo sobre o não recebimento desse recurso. Eu não vejo outra possibilidade de fazer, de informar e cientificar esses Conselheiros que não seja aqui de forma oficial, eu não tenho procuração deles, eu não tenho como oficialmente encaminhar ou um WhatsApp ou um e-mail, falar: Está aqui a decisão do Presidente de não receber o nosso recurso. Então, eu entendo que para esses Conselheiros eu tenho que vir aqui ao Plenário e falar para eles: Olha, o nosso recurso não foi aceito. Eu recebi a intimação, decidi por mim

mesma que não ia recorrer disso e não ia levar para fora do Clube essa questão, independentemente de não concordar em hipótese nenhuma com a decisão de não recebimento do meu recurso, mas hoje eu venho aqui informar aos Conselheiros Luiz Carlos Junqueira, Paulo Roberto Antunes, Fernando Silva Xavier Junior e Sérgio Henrique de Sá que o recurso que nós interpusemos contra decisão da Presidência do Conselho de homologar a desistência da impugnação contra a chapa fiscal não foi recebido. Eu, Ana Lucia, recorrente, não vou recorrer dessa decisão, decidi não recorrer, mas tenho que informar aos senhores sobre isso e a decisão de recurso ou não é dos senhores, a minha foi essa, até porque realmente aqui no Clube, diante dessa coisa que a gente não está recebendo nada nesta Casa fica difícil, a gente acaba falando: Não, não tem mais o que fazer. E para fora do Clube eu achei que não era o caso de eu ir, mas essa minha decisão, não dos demais. É só isso. Boa noite. Agradeço a deferência do horário.

**Arnaldo Couto de Magalhães Ferraz** – ... Eu queria me apresentar a vocês, aos senhores, eu sou engenheiro civil, formado pela Poli há mais de 50 anos e empresário nesse setor. No Pinheiros eu sou Conselheiro há 38 anos. Exerci com muito orgulho o cargo por 10 anos de Diretor de Patrimônio e quatro anos de Vice-Presidente. Eu tenho algumas rápidas considerações para fazer a respeito do PDD, que não pude fazer no momento apropriado. Exatamente eu queria tecer algumas considerações: eu meti um voto discordante em referência à proposta naquela zona 02 do PDD e aí abro aspas aqui: “Desenvolvimento de estudos de viabilidade para implantação de novas quadras de Tênis, cobertas e descobertas, no espaço atual das nossas quadras”. Mas, como assim, aonde, né? O que existe é um estudo patrocinado por um grupo de tenistas que indica execução de uma imensa estrutura sobre parte das quadras de Tênis atuais, que se estende desde a Angelina Maffei Vita paralelamente à Avenida Faria Lima até o nosso Salão de Festas – É uma estrutura imensa, então, vocês podem imaginar, mais ou menos se compara ao nosso Poliesportivo aí. Esse estudo absurdo em meu entender ganhou corpo a ponto de ser apresentado aqui nesse PDD. Essa estrutura alcançaria uma altura aproximadamente de 21 metros, um prédio de sete andares. Essa construção implicaria numa demolição da nossa atual estrutura metálica das quadras cobertas, aquela estrutura metálica que temos lá. Aquela sim é uma obra de arte no conceito e na engenharia e é de difícil recuperação, improvável recuperação, porque as barras, os tubos metálicos que se agrupam, centenas deles, em nós carregarmos, envergados pelo tempo não admitiriam essa recuperação, a meu ver. E a lona também seria irre recuperável. Hoje eu acredito que aquela obra custaria em torno de R\$10 a R\$12.000.000,00, nós iríamos descartá-la. Continuando, a estrutura proposta projetará imensa sombra sobre nosso Clube, nossos jardins serão inegavelmente prejudicados, bem como a fauna que ali habita. Também impedirá o que temos de melhor, amplidão de nossos espaços, nossa visão alongada, diminuirá nossa qualidade como Clube e para quê? A quem vai atender? Esse atendimento acontecerá em poucos momentos do mês para atender a poucos, a que custo? Além dos importantes custos periféricos atrás citados, essa construção seria caríssima, inviável para o pouco benefício alcançado. Acrescente-se a isso o custo de manutenção, altíssimo sem dúvida. Há problemas com o Tênis e não somente com o Tênis, mas com quase todos os demais esportes. Hoje crianças passam meses sem praticar suas habilidades por falta de vagas, não 40, 50 minutos, meses. Pode-se pensar em algumas soluções, diversas outras, exceto a meu ver nessa esdrúxula estrutura, que prejudicaria dezenas de milhares de associados e de forma definitiva. Eu gostaria de apresentar, peço alguns minutos da sua atenção, gostaria de apresentar aqui, eu pedi para fazer umas projeções, uma simulação do que essa estrutura representaria dentro do nosso Clube, porque é fácil vir aqui e falar: Vamos fazer, mas gostaria de apresentar essas projeções para vocês terem ideia da realidade, do que vai acontecer em nosso Clube.

**- Projeções.**

**Arnaldo Couto de Magalhães Ferraz** – Ali é aquela estrutura, no lado de cá tem o Salão de Festas e para lá tem o shopping, aquele volume que se apresenta ali. Próxima tela, por favor. Aí é visto do chão, essa imensa cobertura é essa estrutura, que teria mais ou menos 21m de altura com 112 de comprimento e uns 40 de largura. Próxima, por favor. Essas são as medidas aproximadas, são esquemas, é um esquemático dessa, para mim é uma monstruosidade isso aí. Próximo, por favor. Aí, olha, tem uma pessoa aí de 1,80m, isso mais ou menos à frente da portaria que dá para o shopping e ali se deparando com aquele volume, que é essa estrutura que está aí. Próxima, por favor. Essa é a sombra que se projetará por sobre as nossas quadras. Quer dizer, vamos perder muito em qualidade, em passeios, em visões alongadas e vamos ter realmente um problema sério, quando existem outras, diversas alternativas, é só parar para pensar, diversas alternativas. Uma delas foi citada aqui, comprar, alugar ou arrendar uma área próxima para fazer os esportes competitivos, raquetes competitivas. A outra, nesse Poliesportivo que está sendo projetado, de repente dá para fazer lá quatro quadras lá em cima, resolve o problema. Têm outras, como...

**Sérgio Henrique de Sá (fora do microfone** – Em cima de onde, do Poliesportivo novo, é isso?

**Arnaldo Couto de Magalhães Ferraz** – No Rooftop do prédio.

**Sérgio Henrique de Sá (fora do microfone** – Ah, entendi, perfeito.

**Arnaldo Couto de Magalhães Ferraz** – Outras, por exemplo, você pode regulamentar o uso e os horários dos associados. Quer dizer, dá para fazer uma série de coisas. Aquilo ali para mim é um absurdo, eu trabalho nessa área há 50 anos, sou atuante e empresário do setor, conheço isso, tenho sensibilidade para dizer que isso para o nosso Clube não serve. É só isso. Obrigado pela atenção.

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**

**Presidente** – Informou quantos Conselheiros tinham comparecido à reunião e deu por encerrados os trabalhos aos dez minutos do dia 26 de março de 2024.

\* \* \*

*Obs: esta Ata foi aprovada na 757ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 29 de abril de 2024, com as retificações já dela constantes.*

**GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS**  
Presidente do Conselho Deliberativo

**BERENICE GAZONI**  
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo

mf